

### 3

## Na Rua

“... *que o cão acorrentado traz a fera no avesso*”  
Raduan Nassar, *Um copo de cólera*

Se buscamos entre as aspas da literatura a partida para este segundo capítulo, é em função da pertinência da imagem que evocam, da acuidade da metáfora que delineiam. Acaso não vivemos desde sempre deitados em berço esplêndido, numa espécie de paraíso terrestre benfazejo, livre de rigores e intempéries? Não gostamos de imaginar a nós mesmos através dos tempos como um povo pacato e alegre, em nada afeito à discriminação por cor, etnia ou religião? Para dizê-lo logo, e de uma vez: este mito, o da nossa “não-violência essencial” (Chauí, 2003: 47), é justamente a corrente que aprisiona a imagem que construímos a nosso respeito. Os exemplos são muitos e por demais conhecidos; por ora, limito-me a lembrar que quase nenhum brasileiro se diz racista, mas todos conhecem alguém que o é<sup>1</sup>. Podemos ser tudo, menos pacatos.

Mas os brasileiros parecem gostar de olhar no espelho e nele ver refletida a imagem de um povo pacífico, que não celebra o confronto e as artes da guerra. Talvez por isso um fenômeno como a violência praticada por “pitboys” cause tamanho estranhamento e choque. No capítulo anterior, acompanhamos a história do desenvolvimento do jiu-jitsu pelas mãos da família Gracie e do *ethos* guerreiro a ele associado. Acompanhamos também a atmosfera no interior de uma academia – os treinamentos, as conversas, as eventuais rixas, os sacrifícios e identificações corporais dos lutadores, os conflitos, os medos e paranóias. A partir de agora, o foco deste trabalho muda. Passa a apontar diretamente o olhar para o problema da violência associado aos chamados “pitboys”.

Antes, porém, de nos determos mais demoradamente neste assunto, é preciso contextualizá-lo. Este não é um trabalho sobre história ou política, mas é preciso tomar a ambas como ponto de partida, a fim de embasar a discussão que se segue. A emergência dos “pitboys”, isto é, de bandos de jovens de classe média

---

<sup>1</sup> Schwarcz, Lilia Moritz. *Do Brazil, Brasil*. Disponível no site [www.companhiadasletras.com.br](http://www.companhiadasletras.com.br).

e alta que, sem motivação aparente, começaram a depredar boates e espancar outros jovens na noite do Rio de Janeiro, não é um fenômeno que ocorreu num vazio atemporal ou vácuo histórico. Portanto, faz-se necessário observar a título de introdução, sem a pretensão de aprofundar exaustivamente o tema, a atmosfera social e histórica dentro do qual a eclosão de tal fenômeno foi possível.

### 3.1

#### **Contextualizando a discussão: breve painel da violência no Brasil**

A história política da construção do Estado brasileiro não autoriza ou dá ensejo a qualquer tipo de visão romantizada quando se trata de pensar questões relativas à violência e sociabilidade no Brasil. Basta recuar um pouco no tempo, a fim de flagrar o estabelecimento de uma ordem autoritária e hierarquizante, para comprová-lo. Voltemos, pois, ao século XIX, mas apenas para lembrar brevemente certos pontos basilares desta discussão, a saber: que a singular acomodação do modelo ibérico de organização institucional e estatal no Brasil significou o desenvolvimento de um capitalismo comercial e patrimonialista (Faoro, 2001); que a natureza agrária e escravocrata de nosso sistema produtivo e econômico impunha limites à crescente pressão ao estabelecimento de práticas verdadeiramente liberais no Brasil, dado que sua plena adoção significaria investir contra a exclusividade da terra, que a tudo sustentava (Viana, 1991); que, do ponto de vista da garantia dos direitos básicos do indivíduo e acesso à cidadania, a manutenção de um Estado autoritário, forte e centralizado era uma escolha tão discutível quanto uma necessidade consensual, posto que a descentralização favorecia o despotismo das oligarquias locais, às quais não interessava estimular a participação popular na política senão para perpetuar seu poderio e dominação; e que, para encerrar o raciocínio numa chave toquevilleana, um Estado altamente centralizado como o brasileiro não apenas tendeu a inibir a iniciativa individual como tampouco criou as condições para a solidificação dos ideais democráticos. Poder-se-ia também, se fosse o caso, dar seqüência ao argumento a fim de lembrar a indistinção entre público e privado, o clientelismo e a mediação através do favor, adentrar o século XX seguindo os rastros de nossa modernização

conservadora, e tomando sempre a precaução de apontar, de tempos em tempos, os abismos entre o povo e os processos de participação política.

Assim procedendo, acabaríamos por resgatar toda a longa história de omissão do Estado brasileiro, toda a grande obra das relações personalistas e da manutenção do poder entre as elites e, é claro, a exclusão política engendrada em seu seio. Mas este não é o meu intuito aqui, e nem poderia ser, dado o escopo deste trabalho. Antes, considero mais produtivo e mesmo vantajoso para os meus objetivos saltar uma vez mais no tempo e aterrissar num Brasil que, de forma cada vez mais acelerada, começava a deixar para trás sua estrutura fundamentalmente agrária para transformar-se em um país urbano e industrializado.

#### Malandragem, medo, criminalidade

Como é sabido, no Rio de Janeiro dos anos de 1940 à 1960 os crimes tinham motivações ou características que hoje classificaríamos como românticas. Não quero com isso dar a entender que considero tal período uma “época de ouro” ou algo do gênero, assim incorrendo no equívoco da idealização do passado. Mas parece inegável que, naquele tempo, a violência era menos banalizada, talvez pela vigência de uma espécie de “código de honra” que incluísse o respeito pela vida humana (Ventura, 1994). Era raro a um assalto seguir-se uma morte. Ao mesmo tempo, o criminoso era visto por uma ótica notadamente mais macia e complacente (Anjos, 2003).

À época, era corrente entre os intelectuais a idéia do bandido bom, heróico, verdadeiro baluarte de resistência à injustiça, à exploração econômica, aos ditames do capitalismo. Não são poucas as representações que o ilustram. No cinema, o *Bandido da Luz Vermelha*, de Sganzerla, ou o *Rio 40 Graus*, de Nelson Pereira dos Santos; nas artes, Hélio Oiticica proclamava: “seja marginal, seja herói”; no teatro, a *Ópera do Malandro*, de Chico Buarque; no jornal, a “defesa militante do *ethos* da malandragem” aliada à celebração do universo da contravenção nas páginas de *O Pasquim* (Soares, 2000: 24-25). A figura do malandro – atuando nas brechas do sistema legal, equilibrando-se entre o crime e a lei, jamais tendo na transgressão desta sua primeira opção – transformava-se no *alter ego* da parcela mais radical da intelectualidade (Zaluar, 1994).

Mas não apenas o malandro: havia, de modo geral, uma atmosfera de tolerância em relação ao crime, de sorte que um violento protesto popular era valorizado por sua qualidade transgressora. Criou-se assim, de forma quase imperceptível, uma cultura dissimulada, esquiva, que se generalizou pelo tecido social da sociedade, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. No conjunto, tal estado das coisas não deixou de se afigurar em um problema, pois se por um lado o elogio à malandragem e ao *ethos* maior que a englobava pode ser encarado como a celebração da criatividade e da esperteza com vistas a fazer valer as relações pessoais em prejuízo da lei fria e generalizante, por outro poderia significar a “negação dos princípios elementares de justiça” ou “o descrédito das instituições democráticas” (Soares, 2000: 25-26).

Tais instituições, a bem da verdade, nunca dependeram muito de fatores externos para se verem desacreditadas no Brasil. Após vinte e um anos de regime autoritário, o País enfim retomou o rumo da democracia. Houve inegáveis avanços: o reconhecimento das liberdades civis e públicas, a diminuição da distância e dos ruídos na comunicação entre a sociedade e o Estado, a ampliação dos canais de participação política, a melhoria na transparência na tomada de decisões políticas, a conquista de eleições livres e diretas. Tudo isso, no entanto, não se fez acompanhar da instauração efetiva e plena do Estado de Direito. O Estado não conquistou na prática o monopólio legítimo da força. A ineficiência do sistema penal ficou patente, bem como a falência do modelo carcerário. A impunidade, a violação dos direitos humanos em delegacias e presídios, assumiram feições escandalosas e brutais. Em suma, à restauração da práxis democrática correspondeu um expressivo aumento de violência, e isto em suas diversas facetas: violência no interior da família, entre os jovens, na escola, no trabalho, no campo, nos espaços urbanos em desordenada expansão (Adorno, 1995).

O retrato desta época é bem conhecido: o Brasil crescia e se modernizava, o chamado “milagre econômico” fazia surtir seus efeitos, o Produto Interno Bruto aumentava, assim como a miséria e a desigualdade. Em 1950, 70% da população brasileira vivia no campo; em 1980, a proporção já se encontrava invertida, com 70% da população morando em cidades (Soares, 1999). Não é sem motivo, portanto, que questões relacionadas à criminalidade em contextos urbanos começam a entrar na pauta das políticas públicas. Sintomaticamente, surge nas

idades um novo tipo de ordenamento espacial – os enclaves fortificados, “espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a lazer, trabalho e consumo” (Caldeira, 2000: 13) – e, com ele, um novo estilo de vida atravessado pelo medo e por seu efeito mais imediato, a segregação. A segurança, direito do cidadão e dever do Estado, torna-se um serviço cada vez mais privatizado, sujeito às regras do mercado, o que não deixa de se configurar num desafio ao monopólio do uso legítimo da força. Como assinala Caldeira (2000), este é um momento privilegiado para se observar a estreita ligação entre formas urbanas e formas políticas, posto que os princípios de igualdade e liberdade de circulação, que inspiraram a idéia de espaço público moderno, são, na incipiente democracia brasileira, substituídos pela prática da separação e do controle de fronteiras.

*No novo tipo de espaço público, as diferenças não devem ser postas de lado, tomadas como irrelevantes, negligenciadas. Nem devem também ser disfarçadas para sustentar ideologias de igualdade universal ou de pluralismo cultural. O novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e separações e é, portanto, um espaço não-democrático e não-moderno” (Caldeira, 2000: 12).*

No bojo deste processo de agravamento da crise do Estado e urbanização segregada veio a explosão da criminalidade e o aumento da sensação de insegurança que inexoravelmente a acompanha. Entretanto, “ao contrário do que se poderia prever, o volume de notícias sobre crimes nos meios de comunicação de massa não traduz o crescimento ou a redução dos índices de criminalidade construídos pelas organizações policiais” (Rodrigues, 1993: 39). Dito de outro modo, ao aumento ou diminuição da criminalidade não necessariamente corresponde uma maior ou menor exposição do assunto na mídia. Este não é o lugar para se examinar em detalhes o papel da mídia na construção do medo, salvo para chamar a atenção para o fato de que “o sentimento de insegurança, que se encontra no coração das discussões sobre o aumento da violência, raramente repousa sobre a experiência direta da violência” (Michaud, 1989: 13). Um habitante de uma grande cidade brasileira não necessariamente sente-se inseguro porque foi vítima de um ato violento: basta que seja suficientemente persuadido a acreditar que pode a qualquer momento tornar-se vítima para que o sentimento de

insegurança nele se instale. Ou seja, não importa tanto a ocorrência do crime, mas a percepção que se cria dele<sup>2</sup>.

E porque exaustivamente discutida e noticiada, porque fixada indelevelmente no imaginário social, a criminalidade urbana necessitava de explicação. Num primeiro momento, a sociologia se ocupou da tarefa buscando relacionar violência, modernização via capitalismo autoritário e aumento da pobreza. Contudo, o surgimento de pesquisas empíricas que comprovavam que o crescimento da violência podia ser observado também quando as condições de vida melhoravam implicaram necessariamente em uma mudança de foco (Carvalho, 2000). Abandonou-se a ligação estrita entre miséria e crime: o esforço, então, concentrou-se mais na delinqüência, no desregramento derivado de causas como a ausência de uma cultura cívica estabelecida. O enfrentamento da problemática associada à violência através do viés economicista permaneceu ainda assim hegemônico, mas a ele vieram somar-se reflexões de cunho mais político.

Nesse registro, a violência pode ser entendida não como diretamente derivada do enfraquecimento do poder aquisitivo das camadas mais populares, embora esteja a ele associado, mas sim “como o resultado da *privação de liberdade* que impediu os desiguais de lutarem por seus direitos e por sua incorporação à cidade” (Carvalho, 2000: 48). O ponto de partida é o reconhecimento de que

*a histórica inexistência de nexos entre os interesses das grandes massas cariocas e uma esfera estatal democratizada produziu, ao longo do tempo, um padrão de ética social coerente com as estreitas dimensões da comunidade política. Assim, à “escassez de cidade” corresponderia um comportamento predatório e belicoso, associado à satisfação privada de interesses e permeável à liderança de patronos, inclusive daqueles ligados à contravenção e ao crime (Carvalho, 2000: 48-49)*

Historicamente aliados de participação não apenas na arena política, mas na definição do que conta como político – excluídos portanto de qualquer influência

---

<sup>2</sup> Nesse sentido, episódios de violência de grande exposição midiática e dramaticidade plástica (como o do ônibus 174 ou do assassinato do menino João Hélio, ambos no Rio de Janeiro), funcionam como catalisadores do sentimento de insegurança. Sabemos que estatisticamente a cidade não se tornou mais violenta depois de tais episódios, mas a sensação que se estabeleceu foi exatamente esta. Para um exame mais abrangente do modo como as imagens da criminalidade foram elaboradas ao longo da história no Rio de Janeiro, ver Rodrigues, 1993.

na construção do Direito – os segmentos populares acostumaram-se a ver no Estado um ator que opera somente no interesse das elites. A marginalização política dificultou sobremaneira a introjeção do sentimento de se fazer parte de uma comunidade que partilha de uma trajetória coletiva. Tampouco ajudou a legitimar politicamente a atuação do Estado. Eis o resultado: um Estado em crise, incapaz de prover as mínimas condições de assistência e atuando com pouca ou nenhuma legitimidade, viu sua autoridade fragmentada e o seu monopólio legítimo da força substancialmente reduzido, abrindo assim espaço para o fortalecimento de inúmeras microssociedades que operam segundo leis próprias. Por outras palavras, a organização social passa a se reger de uma maneira cada vez mais autônoma em relação ao quadro político-institucional. A cidade e seus recursos, tornados escassos, transformam-se em objetos a serem disputados entre os seus habitantes, não importando aí a legalidade dos meios empregados. Qualquer semelhança com o estado hobbesiano que os jornais se esforçam por noticiar todos os dias não será mera coincidência.

A sociologia havia feito muitos avanços na compreensão dos mecanismos de produção e reprodução da violência. Restava, contudo, descobrir quem eram e como viviam aqueles setores populares cujo senso de organização social regiam-se por códigos outros que não o do Estado. Tal empresa começou a ser levada a cabo por Alba Zaluar (1985), em seu estudo etnográfico na Cidade de Deus. Com efeito, Zaluar logrou ter acesso a uma realidade até então conhecida apenas pelos jornais – a violência no dia-a-dia de uma grande favela –, e nos franqueou este acesso. Surpreendeu o fim da malandragem, o bandido tomando o lugar do malandro (ou o malandro tornando-se bandido, como no caso de Mané Galinha). Identificou, nos meandros de um cotidiano atravessado por adolescentes armados, policiais corruptos e pelo esporádico confronto entre eles, o surgimento de uma nova ética, da razão cínica e utilitária – desfazendo assim a antiga imagem do bandido bom, heróico. Percebeu que o tráfico de drogas, tornado empresa altamente lucrativa, atuava como um sistema de socialização concorrente ao do trabalho convencional, trabalho este que se revelou ambíguo em idéia e valor<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Zaluar assinala que, entre jovens moradores de Cidade de Deus, o trabalho adquire sinal negativo, associado a uma vida inteiramente desperdiçada em esforço sobre-humano, “vida escrava”; já entre pais de família, é tido como um valor moral, que dignifica na medida em que “põe comida na mesa”. Trata-se portanto, ela conclui, não de uma “ética do trabalho”, no sentido normalmente associado à ética protestante, mas sim de uma “ética de provedor”.

Atestou, enfim, o estado de total desamparo no qual se encontram os moradores de uma das maiores favelas do Rio de Janeiro.

Voltamos assim ao ponto onde começou esta introdução. Hoje, como ontem, a massa popular só não se considera completamente ignorada e desprezada pelo poder público, porque, afinal, o aparato policial vez por outra se faz presente, achacando, atirando a esmo e matando, produzindo as notícias desta que ficou conhecida como uma “guerra particular”.<sup>4</sup> Não é preciso muito para reconhecer que o histórico de relacionamento do Estado com a população carente parece não haver se alterado tanto ao longo do último século. Basta lembrarmos dos *bestializados* de José Murilo de Carvalho (1987), ou da revolta contra a obrigatoriedade da vacina em 1904 (Pamplona, 2003), para perceber como o Estado foi sempre visto ou como uma entidade distante, ausente e descomprometida, ou como um intruso grosseiro e indesejado. Assim é que,

*ao longo de mais de cem anos de vida republicana, a violência em suas múltiplas formas de manifestação permaneceu enraizada como modo costumeiro, institucionalizado e positivamente valorizado – isto é, moralmente imperativo –, de solução de conflitos decorrentes de poder, de privilégio, de prestígio. Permaneceu atravessando todo o tecido social, penetrando em seus espaços mais recônditos, e se instalando resolutamente nas instituições sociais e políticas em princípio destinadas a oferecer segurança e proteção aos cidadãos. Trata-se de formas de violência que imbricam e conectam atores e instituições, base sob o qual se constitui uma densa rede de solidariedade entre espaços institucionais tão díspares como família, trabalho, escola, polícia, prisões, tudo convergindo para a afirmação de uma sorte de subjetividade autoritária na sociedade brasileira (Adorno, 1995: 301; grifo meu).*

#### Autoritarismo e igualitarismo: a dupla mensagem na sociedade brasileira

A questão da violência no Brasil não se deixa apreender sem o dado de ambiguidade e contradição que a informa e constitui. Trata-se da problemática convivência entre os ideais de uma cultura política que se quer democrática com uma cultura autoritária que remonta à nossa herança ibérica. Poderíamos voltar a Gilberto Freyre (2003; 2005) e lembrar, por entre as casas-grandes e senzalas, sobrados e mocambos, seus antagonismos em equilíbrio (Araújo, 2005). Poderíamos também retomar não apenas as *raízes* do Brasil tais como Sérgio Buarque de Holanda (2005) as via, isto é, transplantadas de solo ibérico para o

<sup>4</sup> Para uma crítica das implicações (e omissões) do documentário de João Moreira Salles e Kátia Lund, ver Ribeiro, 1995.

cultivo numa terra onde “todos são barões”, mas também seus *rizomas* (Veloso e Madeira, 2000). Mas um esforço nesta direção fugiria aos objetivos e excederia as limitações deste trabalho.

Tal problemática constitui o cerne da obra de Roberto DaMatta. Na frase tantas vezes citada, DaMatta procurou “saber o que faz do Brasil, Brasil”. E procurou fazer isso valendo-se de um misto de sociologia francesa clássica e antropologia estruturalista, sem com isso deixar de reconhecer o componente romântico que esta última às vezes traz em seu bojo.<sup>5</sup> Nesta perspectiva, o primeiro ponto a se considerar é que,

*tendo como fio condutor uma interpretação do Brasil claramente delineada, podemos acompanhar o desenrolar de seu trabalho [de DaMatta] como uma tentativa de se manter totalmente afastado de qualquer visão substantiva (essencialista) de uma identidade nacional ou de um caráter brasileiro, a partir de uma proposta de entendimento da construção desta identidade enquanto (um) processo que se faz enquanto uma estória que, nós brasileiros, contamos sobre nós, a nós mesmos (Sinder, 2003: 420).*

Esta “interpretação do Brasil claramente delineada” estrutura-se em termos de pares de oposições complementares: indivíduo e pessoa, casa e rua. Tal dualismo seria decorrência do paradoxo constitutivo da vida da nação, a convivência simultânea de valores modernos, típicos do universalismo burguês, e de estruturas sociais tradicionais, como o personalismo e a hierarquia. Este o dilema brasileiro: na esfera pública, no espaço da “rua”, o Estado impessoal e burocrático governando por força de lei gerais; no âmbito privado, no espaço da “casa”, a vigência do sistema de relações personalistas e dos códigos de relações sociais dela decorrentes. Por outras palavras, a sociedade brasileira repousaria sobre o “berço esplêndido das leis universalizantes”, mas teria no interior de seu corpo um forte “esqueleto hierárquico”. Por um lado, tem-se em teoria o elogio de um igualitarismo individualista, e por outro, a prática que o desacredita e desautoriza. Ao apontar esta dicotomia – “somos iguais, mas diferentes” – Da Matta (1983) propõe uma distinção básica para o entendimento de nossas relações sociais: a separação entre “indivíduo”, para quem a lei se aplicaria de modo rigoroso, implacável, e “pessoa”, privilegiada somente pelo fato de estar

---

<sup>5</sup> Um bom exemplo de como o romantismo, na visão de DaMatta, atravessaria o trabalho de campo na antropologia está em “O Ofício de Etnólogo, ou como ter *Anthropological Blues*”. (In: *A Aventura Sociológica*. Nunes, Edson de Oliveira (org.) Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978)

devidamente inserida num sistema não menos privilegiado de relações sociais. Seguindo a mesma linha, “casa” e “rua”, na perspectiva damattiana, devem ser entendidas como categorias sociológicas, como atores sociais e não apenas palcos, como “espaços morais” e não meramente físicos.

Estaríamos, por assim dizer, a meio caminho entre um igualitarismo radicalmente universal, tal como encontrado nos Estados Unidos, e uma hierarquização fixa e intransponível, caso da Índia. O que nos caracterizaria seria justamente a união destas duas cosmologias, em quase tudo antagônicas; e não é por outra razão que, segundo DaMatta, “o segredo de uma interpretação correta do Brasil jaz na possibilidade de estudar aquilo que está ‘entre’ as coisas. Seria a partir dos conectivos e das conjunções que poderíamos ver melhor as oposições, sem desmanchá-las, minimizá-las ou simplesmente tomá-las como irreduzíveis” (Matta, 1997: 25).

Nesta altura, caberia perguntar: como se daria a mediação entre estas oposições? DaMatta não nega que, numa sociedade hierárquica, de passado colonial e escravocrata como a brasileira, haja conflito. Afirma, entretanto, que não gostamos de reconhecê-lo, avessos que somos às suas manifestações. Toda sorte de conflito, dirá DaMatta enfaticamente, será resolvida primordialmente pela via da negociação, a violência irrompendo apenas em ocasiões limites, quando tivessem falhados todos os outros meios de negociação.<sup>6</sup> Mestres na arte de conciliar e efetuar transações equilibradas, tendemos a encarar o conflito declarado e aberto, algo relativamente comum em sistemas igualitários, como uma prática que choca-se frontalmente com o nosso personalismo hierquizado e hierarquizante.

Neste ponto, a expressão “Você sabe com quem está falando?” revela-se instrumental poderoso. Ali onde teóricos mais tradicionalistas, muito afeitos às “grandes questões” de classe e exploração econômica, enxergariam uma expressão idiomática sem maiores significações, DaMatta viu a cristalização de um rito autoritário usado para restaurar a ordem hierárquica numa situação onde esta se encontra ameaçada ou abalada. Rito autoritário e por isso mesmo indesejável, na medida em que expõe ou revela uma situação conflituosa. Se o

---

<sup>6</sup> Veja-se, como mais um exemplo, a seguinte passagem: “o que fazemos, parece-me, é impedir a todo custo a individualização que conduziria ao confronto direto, inapelável, impessoal, binário e dicotômico entre brancos e pretos, inferiores e superiores, dominantes e dominados, etc.” (Da Matta, 1983: 150).

princípio do igualitarismo ameaça se fazer valer, há sempre a possibilidade do uso “Você sabe com quem está falando?” para colocar as coisas nos seus devidos lugares.

O raciocínio de DaMatta alargou as possibilidades de entendimento do Brasil<sup>7</sup>, e talvez um dos melhores exemplos da fertilidade de sua perspectiva esteja na obra de Luiz Eduardo Soares (1999; 2000). Soares chama a atenção para a questão da dupla mensagem (*double bind*) resultante da hibridização da cultura brasileira à qual DaMatta se refere, isto é, a junção entre a cultura personalista, baseada na hierarquia, e o *ethos* moderno do individualismo burguês.

A química perversa que esta combinação precipita perpassa todo o tecido social brasileiro, mas atinge de modo mais dramático os despossuídos. Um exemplo basta. Imaginemos, diz Soares, uma criança pobre, moradora de um grande centro urbano brasileiro. Na escola, recebe uma educação universalizante, na qual aprende os valores do individualismo moderno: que o exercício da cidadania é um direito básico, que todos são iguais perante a lei etc. Em casa, o processo de aprendizado destes valores continua através dos meios de comunicação de massa, em mensagens publicitárias, novelas e que tais. Mas se imaginarmos também que esta mesma criança tem uma mãe que trabalha como empregada doméstica, então desde a infância ela será iniciada nas regras do jogo da hierarquia, pois

*a empregada será chamada pelo seu primeiro nome, esperar-se-á dela que faça suas refeições na cozinha, que não use os elevadores e as entradas principais dos prédios (isso ainda acontece, apesar de leis recentes o proibirem), e que trabalhe mais horas do que o que seria regular, já que não há um acordo que claramente estabeleça horários de trabalho, obrigações e direitos (até agora, mas isso está mudando) (Soares, 1999: 230).*

---

<sup>7</sup> Como é sabido, a obra de DaMatta marcou uma mudança de perspectiva nos estudos sobre o Brasil. Escrevendo numa época em que as ciências sociais brasileiras encontravam-se imersas em vocabulário marxista, empenhadas no desenho de amplos painéis macrosociológicos sobre questões como integração de território e de estratos (Sinder, 2003), DaMatta lança mão de uma análise culturalista para, na interpretação de rituais, festas e particularidades de nosso cotidiano, buscar entender a “gramática profunda” da sociedade brasileira. Com efeito, a publicação de *Carnavais, Malandros e Heróis* (1978), seu livro mais conhecido e criticado, logrou estabelecer uma revalorização dos estudos antropológicos sobre o Brasil. Depois dele, temas como futebol e samba, por exemplo, não seriam mais considerados como mera frivolidade, desprovidos de maior significação e portanto desnecessários ao entendimento das questões relevantes do país, mas como vias de acesso à compreensão da singularidade brasileira.

O problema, contudo, não está apenas na manutenção de um duplo padrão de relações sociais, que desestabiliza as expectativas dos agentes e se impõe de acordo com a vontade dos segmentos mais poderosos da sociedade. O problema está também no fato de que a responsabilidade e a proteção aos subalternos, que necessariamente acompanham as relações de tipo hierárquico, tendem a desaparecer face ao avanço do universalismo das leis. Para as classes dominantes, os códigos relacionais baseados no personalismo hierárquico funcionam como um instrumento “para a conservação e naturalização da desigualdade, assim como para a legitimação do darwinismo social”. Para a vasta maioria da população brasileira, pobres e excluídos, funciona “opondo obstáculos à melhoria da auto-estima, da cooperação social e da participação política” (Soares, 1999: 231).

*Temos assim o pior dos dois mundos: o pior da hierarquia, da qual escapam os valores que envolvem mutualidade e só se conservam as diferenças e suas conseqüências, como o exercício de poder e a afirmação da autoridade; e o pior da formalidade moderna, típica do domínio racional-legal, na ordem liberal-democrática, que é a indiferença, a disposição permanente e irrestrita a maximizar benefícios individuais, e a renúncia legítima à responsabilidade pelo outro. (Soares, 2000: 34-5.)*

Mas, adverte Soares, não nos enganemos quanto a um ponto. A complexidade da dupla mensagem e a realidade que ela engendra não é uma espécie de degrau ou etapa inevitável a ser superada logo adiante, na realização futura da modernidade. Da mesma forma, a violência não é uma espécie de doença que eventualmente assolaria o corpo sadio da sociedade brasileira. Muito ao contrário: o *double bind* já é a nossa maneira de sermos modernos, e a violência, tal como a experimentamos no Rio de Janeiro, é “o modo de ser contemporâneo da sociedade brasileira” (Soares, 2003:11).

Escolhendo palavras mais duras, poder-se-ia evocar Walter Benjamin (1994) a fim de afirmar que este modo de ser de nossa sociedade seria nada menos que o estado de exceção tornado regra. Pois trata-se de um estado cuja idéia de “normalidade” abrange a naturalização da desigualdade social, a adoção praticamente inquestionada da lógica da guerra, a ausência às vezes mínima de respeito à vida humana – um estado enfim que, ao passar ao largo do Estado de Direito, desacredita e repele muitos dos valores que nos distinguem enquanto homens civilizados. Civilizados? Mas não teria sido verdade que, à medida em

que o Estado apropriou-se do monopólio legítimo do uso da força, o temperamento irascível e fisicamente orientado dos homens, que estimulava o uso da violência e glorificava as artes da guerra, se viu lenta e gradualmente substituído pelo uso selecionado do cálculo e da polidez? (Elias, 1994). Não haveria, portanto, uma correspondência entre a monopolização da violência e a racionalização e psicologização dos comportamentos sociais? Colocando as coisas deste modo, e tendo em mente o que foi dito acima, parece lícito perguntar se não estaríamos testemunhando, por assim dizer, uma espécie de avesso do processo civilizador. Pois é certo que

*à restauração do predomínio do confronto físico sobre a arbitragem estatal tenderiam a corresponder os seguintes fenômenos: declínio da racionalidade estratégica institucionalmente regulada; deterioração dos instrumentos de cálculo social; afastamento das pautas psicológicas de juízo; aumento do poder de atração de valores associados à força pessoal ou à capacidade individual de controlá-la em benefício próprio; ampliação de condições para o estabelecimento da hegemonia cultural de éticas adaptáveis ao império da violência, capazes, portanto, de operar com noções e valores que, por exemplo, cultuem heroísmos, culpabilizem algozes, depreciem mediações institucionais e possam oferecer critérios de juízo compatíveis com a necessidade de preservar um mundo regido pela busca da sobrevivência em contexto altamente competitivo (Soares, 2003: 22).*

Se tudo isto de fato ocorre, então nada nos impediria de afirmar que, no Brasil, o processo civilizador *coexiste* com o seu oposto simétrico<sup>8</sup>. Mas, e isto é importante, o avesso de tal processo não é, como muitos gostam de pensar, algo exclusivo de favelas, periferias, ou do cotidiano dos rotos e miseráveis cuja existência insistimos em ignorar. Se há algo que os “pitboys” não nos deixam esquecer, é justamente disso.

### 3.2

#### Imagens da barbárie: os discursos sobre “pitboys”

##### Manual do pitboy

*Para ser um pitboy: 1. Ande sempre em grupo, pois você não é capaz de raciocinar com sua própria cabeça, ou não é capaz de assumir sozinho os seus atos; 2. Ataque sempre em condições numéricas superiores às da vítima (cinco pitboys*

<sup>8</sup> Devo esta observação ao prof. José Carlos Rodrigues.

*para cada vítima); 3. Para vítimas, escolha as pessoas mais indefesas que você encontrar, mulheres, pessoas de nível social mais baixo etc.; 4. Se “sujar”, nunca assuma que você participou do ato; 5. Se não der para enganar, arranje uma desculpa idiota para justificar seu ato de barbárie, tipo “pensei que ela fosse uma prostituta”; 6. Demonstre covardia em seus atos.*

Carta enviada por Dayse Pinheiro Cordovil da Rocha ao jornal O Globo, publicada em 9/7/2007.

O desabafo da leitora, o transbordamento da indignação que a levou a enviar uma carta a um jornal, explica-se em função de um crime cometido havia duas semanas, crime este que mobilizara intensamente os meios de comunicação e provocara grande comoção pública. Trata-se do episódio do roubo e agressão sofridos pela empregada doméstica Sirley Dias de Carvalho Pinto, de 32 anos. Sirley foi atacada de madrugada, quando esperava um ônibus na avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca. Além de ter sua bolsa roubada – perdendo assim um celular, R\$ 47, um guarda-chuva, um agasalho e quatro chaves –, a doméstica foi agredida a socos, chutes e cotoveladas por um grupo de cinco rapazes, todos moradores de condomínios de classe média-alta da Barra da Tijuca, que voltavam de uma festa em uma boate em São Conrado. Ouçamos Sirley:

*Foi tudo muito rápido. Eles puxaram minha bolsa, e, quando eu me desequilibrei e caí, começaram a chutar. O alvo deles era só a cabeça. Estou com um dos braços roxo (o direito) porque tentei proteger meu rosto. Teve uma hora em que levei um chute muito forte, no lado esquerdo do rosto, e tudo escureceu. Pensei que ia morrer, e eles não paravam de bater. Foram muito cruéis, pareciam estar drogados. Eles ainda agrediram outras duas senhoras antes de ir embora (fonte: site do jornal O Globo; publicado em 24/6/2007).*

Descobertos graças a perspicácia de um taxista, que anotou a placa do veículo dos agressores e a entregou à polícia, os jovens foram presos e autuados por tentativa de latrocínio, isto é, roubo seguido de morte. Na delegacia, “os jovens riam e diziam que nada aconteceria a eles porque, no Rio de Janeiro, é comum matar e roubar sem que haja conseqüências” (fonte: site do jornal O DIA, publicado em 24/6/2007). Um dos acusados tentou justificar o ato afirmando que havia confundido Sirley com uma prostituta. O pai de outro rapaz envolvido, não obstante a visível gravidade dos ferimentos sofridos pela doméstica, tentou amenizar o delito, declarando que “mulheres ficam roxas por qualquer coisinha”.

A revolta e a condenação pública do ato criminoso crescia à medida que os jornais estampavam manchetes sobre o desenrolar do episódio. Em todas elas,

falava-se em mais um caso de ataque de “pitboys”. Sirley, diziam as manchetes, havia sido agredida por “pitboys”; na delegacia, os “pitboys” não mostravam arrependimento; o último “pitboy” que restava identificar acabara de ser detido, e assim por diante. O que nenhuma manchete esclarecia, contudo, era se os tais “pitboys” praticavam jiu-jitsu ou qualquer outra arte marcial. Na extensa cobertura jornalística que se sucedeu, a palavra “jiu-jitsu” não foi mencionada uma vez sequer. Mas as imagens dos rapazes na delegacia, veiculadas nos noticiários, não deixavam dúvidas. Nelas não se viam corpos musculosos, cabelos raspados ou orelhas deformadas, e sim biotipos magros, compleições físicas que em nada remetiam à imagem de um lutador de jiu-jitsu. Como, então, explicar o emprego do termo “pitboy” pela imprensa? A definição de “pitboy” não estaria necessariamente atrelada à prática de alguma arte marcial, em especial o jiu-jitsu?

Quando surgiu, o neologismo “pitboy” servia para designar os lutadores que com frequência provocavam brigas na noite do Rio de Janeiro. Com o tempo, no entanto, o termo perdeu sua associação direta com o jiu-jitsu, passando a designar qualquer indivíduo de classe média e alta, não necessariamente praticante de alguma arte marcial, que fosse pego envolvido em atos criminosos (agressão, vandalismo, roubo etc.). Em 2004, uma reportagem da Folha de São Paulo assinalava que os “pitboys” seriam “jovens de classe média, alguns deles praticantes de artes marciais, que saem à noite para brigar” (fonte: site da Folha de São Paulo, publicado em 4/5/2004). Vale notar que o primeiro elemento usado na definição da categoria “pitboy” é sua classe social, ficando em segundo plano a adesão a alguma arte marcial. Atualmente, e isto o episódio da agressão à doméstica Sirley deixa bastante claro, pode-se dizer que o termo “pitboy” é utilizado menos como estereótipo do “lutador brigão” do que como uma categoria de acusação que abarca a delinquência entre jovens de classe média e alta de uma maneira geral.

O primeiro (e até aqui único) trabalho a iluminar e explorar este ponto é o de Bruno Cardoso<sup>9</sup>. Apoiando-se na *labelling theory* de Howard Becker (1977), Cardoso analisa de forma minuciosa a cobertura que três ataques de “pitboys” mereceram nos jornais cariocas, entendidos como “canais de fofoca”. Sua primeira contribuição está em lembrar que, ao nos depararmos com o fenômeno

<sup>9</sup> Cardoso, Bruno de Vasconcelos. *Briga e Castigo: sobre pitboys e “canais de fofoca” em um sistema acusatório*. Dissertação de Mestrado – IFICS, UFRJ: 2005.

da violência praticada por “pitboys”, devemos logo de saída ter em mente que não estamos lidando com um fato social em estado bruto, se é que existe algo como um “fato social em estado bruto”, mas sim com uma complexa trama de articulação discursiva sobre tal fenômeno. Pois empregar o termo “pitboy” significa, antes de mais nada, fazer reverberar um estereótipo. E estereótipos, como práticas significantes que são, não se limitam a “identificar categorias gerais de pessoas – contêm julgamento e pressupostos tácitos ou explícitos a respeito de seu comportamento, sua visão de mundo ou sua história (Freire Filho, 2004: 47). Mais que uma imagem distorcida, porque reduzida, de uma determinada realidade, o estereótipo é um construto através do qual se organiza o discurso do senso comum.

*Como forma influente de controle social, [estereótipos] ajudam a demarcar e manter fronteiras simbólicas entre o normal e o anormal, o integrado e o desviante, o aceitável e o inaceitável, o natural e o patológico, o cidadão e o estrangeiro, os insiders e os outsiders. Tonificam a auto-estima e facilitam a união de todo “nós” que somos normais em uma “comunidade imaginária”, ao mesmo tempo em que excluem, expelem, remetem a um exílio simbólico tudo aquilo que não se encaixa, tudo aquilo que é diferente. (Freire Filho, 2004: 48)*

O estabelecimento de um rótulo, de uma imagem estereotipada – o “pitboy” – fez mais do que cristalizar em uma palavra, por assim dizer, um certo dado da realidade. Se Becker tem razão em afirmar que “o desvio não é uma qualidade que exista no próprio comportamento, mas na *interação* entre a pessoa que comete um ato e aqueles que respondem a ela” (1977: 64; grifo meu), então a criação de um categoria de acusação deve afetar profundamente a forma como que uma sociedade se relaciona com um determinado desvio. O estudo do fenômeno dos “pitboys”, acredito, pode servir como ilustração para aquilo que Foucault (1996) tinha em mente quando afirmava que um discurso não apenas representa um objeto, mas constrói este objeto no processo mesmo de representá-lo.

Contudo, a maior contribuição da pesquisa de Cardoso está em mostrar, através da análise dos discursos midiáticos dos atores envolvidos em episódios de ataques de “pitboys”, como a pressão popular por uma punição dura e imediata – isto é, a demanda por “justiça” –, pressão esta capitaneada por empresários morais (Becker, 1977), acaba resultando no atropelo dos próprios procedimentos sobre os quais a justiça, agora sem aspas, está fundamentada. Nos três casos analisados em

seu trabalho, ocorreu uma mudança na tipificação criminal do delito cometido pelos jovens que se envolveram em brigas: uma vez formalmente acusados de “formação de quadrilha” e “tentativa de homicídio”, conseguiu-se sua detenção *imediate*. Assim, fica evidente que o objetivo não é fazer valer a lei, mas sim *dar o exemplo*, afirmar enfática e publicamente que tal delito não será tolerado. O problema está em que, para fazer isso, é preciso torturar a lei, aplicá-la de modo indevido porque excessivamente rigoroso.

Já se vê o curto-circuito. Ali onde as instituições supostamente deveriam agir no sentido de desarmar a engrenagem que separa “indivíduos” e “pessoas” (DaMatta, 1983), engrenagem esta que garante penas mais brandas (isso quando as há) a quem “tem conhecimentos” ou “costas quentes”, Cardoso flagra a reprodução de sua lógica, de seu *modus operandi*. Pois ao mobilizarem forças para “dar o exemplo”, as autoridades desrespeitam as próprias leis que pretendem validar: colocam-se, assim, acima delas. O caso do promotor público Márcio Mothé é paradigmático deste expediente. Ao jornal O Globo, declarou sua revolta contra as atitudes dos “pitboys”, afirmando que estes, “quando se envolvem em violência e são detidos já chegam perguntando: ‘Você sabe com quem está falando?’”<sup>10</sup>. Mas, indignado com a atitude desrespeitosa de “pitboys” que teriam mandado beijinhos para uma câmera de televisão, Mothé “não pensou duas vezes. Deu vários telefonemas que culminaram com a prisão dos quatro na manhã seguinte, graças a um mandato expedido depois que os acusados foram indiciados pelos crimes de lesão corporal grave e formação de quadrilha”<sup>11</sup>. Para punir exemplarmente os “pitboys” abusados, Mothé não se valeu do respeito à lei, mas, ao contrário, do *jeitinho* que lhe estava ao alcance, de sua posição como “pessoa” de grande influência – enfim, de um “você sabe com quem está falando?” às avessas (Cardoso, 2005). Sem perceber, ajudou a corroborar e perpetuar uma prática que tanto se esforça para corrigir.

Há ainda outra problemática implícita nisto que estamos a examinar: a questão do pânico moral suscitado pela violência dos “pitboys”. Não é difícil ver que o objeto do pânico moral não é tanto a ação dos “pitboys” em si, mas a imagem da violência e da delinquência encarnada no interior de uma classe social que, pelo menos em tese, distinguiria-se justamente pela ausência destas

<sup>10</sup> Jornal O Globo, edição de 4/4/2004; apud Cardoso, 2005: 105.

<sup>11</sup> Jornal O Globo, edição de 29/3/2004; apud Cardoso, 2005: 105.

qualidades. Como assinala Cardoso, “a força com que a *fofoca* sobre o assunto é produzida (e reproduzida) mostra que, a indignação e a exigência de ‘castigo’ aos jovens desviantes, aparece como um mecanismo inconsciente de afirmação das fronteiras comportamentais entre as classes” (2005: 104; *itálico do autor*). Em palavras simples e diretas: há no Brasil a tendência a pensar que a violência brutalizada, feita com as próprias mãos, é exclusiva das classes populares e dos miseráveis. Por isso o escândalo, por isso o espanto: o desvio não seria condizente com a posição social do desviante. A própria Sirley Dias, depois de agredida, pontificou: “Esses garotos não tinham necessidade de fazer isso, eles têm de tudo...”<sup>12</sup>. A premissa na qual fundamenta-se tal surpresa e indignação é a de que o grau de violência no comportamento de um indivíduo seria inversamente proporcional ao tamanho de sua renda familiar.

De outra forma, como explicar satisfatoriamente a enorme visibilidade que as brigas envolvendo lutadores de jiu-jitsu alcançaram na mídia? Descartar o fator classe na construção do pânico moral em torno dos “pitboys” equivaleria, por exemplo, a afirmar que um tiroteio ocorrido na Rocinha repercute da mesma forma na imprensa que um tiroteio ocorrido numa favela da baixada fluminense. E sabemos bem que há uma grande, uma enorme diferença entre balas perdidas atingindo barracos de uma favela da baixada fluminense, e balas perdidas atingindo apartamentos luxuosos em São Conrado<sup>13</sup>. Não gostamos de admiti-lo, é verdade – mas não podemos negá-lo. Mas o curioso é que os próprios praticantes de jiu-jitsu têm consciência disso. Não esperava encontrar um depoimento que apontasse nesta direção, mas foi justamente o que aconteceu quando perguntei ao Professor por que, em sua opinião, o estereótipo do “pitboy” nascera associado ao jiu-jitsu:

*A diferença é essa, muita gente de classe média e alta começou a fazer jiu-jitsu. Quem disse que o pessoal da luta livre e do muai thai não briga? Só que eles vão lá e brigam no Via Show, numa boate longe... O pessoal do jiu-jitsu começou a brigar em boate da Zona Sul. Aí machucava o filho de um advogado, ia pra imprensa. Machucava filho de uma atriz, filho de um político. Então sempre teve briga de muai thai, de luta livre, mas o cara que briga lá no Raio de Sol, na Tijuca, não vira notícia. Agora, o cara que quebra a Baronetti [boate em Ipanema] vai virar notícia. Acho que é isso que ficou muito na mídia contra o jiu-jitsu.*

<sup>12</sup> Fonte: site do jornal O Globo, publicado em 24/6/2007.

<sup>13</sup> Agradeço às aulas do professor Paulo Jorge da Silva Ribeiro, que chamaram minha atenção para estas questões. Dou-lhe total crédito pelas idéias inspiradoras; os equívocos que por ventura delas aqui decorrem, contudo, são por minha conta.

Mas seria injusto atribuir somente à imprensa todo o trabalho de esterotipagem, de construção discursiva do “pitboy”. Também alguns trabalhos acadêmicos contribuem para tanto, ainda que (gostaríamos de acreditar) involutariamente e em menor escala. Senão, vejamos. Em “Cartografias da cultura da violência”, Glória Diógenes afirma que

*o objetivo do lutador [de jiu-jitsu] é, interminavelmente, testar seu corpo, sua capacidade de resistência, a vencer ou a utilizar. Identificar a eficácia do seu corpo-ferramenta e testar o controle e os limites entre o corpo-arma e corpo-explosivo. A esfera da cidade é identificada pelo lutador como um ampliado tatame (...)* (1998: 176; grifo meu).

Como vimos no primeiro capítulo, nos tatames de jiu-jitsu não são permitidos golpes traumáticos. O uso da violência é estritamente controlado: pode-se encaixar uma chave de braço ou um estrangulamento em seu adversário, mas se ele sinalizar a desistência, você é obrigado a afrouxar o golpe imediatamente, e então a luta recomeça. Além disso, práticas como a “taparia” e o “bloqueio” não fazem mais parte do cardápio de treinamentos. O tatame não é, pois, o espaço da “porrada”, do “vale tudo”: é o espaço de um esporte que, como qualquer outro, só é possível porque existem regras que o definem. Obviamente, trata-se de um esporte cujos ensinamentos podem ser de bastante utilidade em uma briga de rua, mas o esporte em si não é violento, dado que não permite o uso de golpes traumáticos. Por esta razão, não faz sentido afirmar que um lutador de jiu-jitsu “encara a cidade como um enorme tatame”; aquela não é, de modo algum, mera extensão deste. Além disso, testar o corpo e a capacidade de resistência é *um* dos objetivos do lutador, e não o único e exclusivo objetivo – um adolescente pode aprender jiu-jitsu para bater nos outros em festas e boates, ou para evoluir tecnicamente até graduar-se faixa-preta, ou ainda migrar para o MMA e viver de competições, ou, quem sabe, apenas para fazer um exercício que lhe dê um bom talho ao corpo.

Implícita nesta e em outras passagens do trabalho de Diógenes está o que eu chamaria de uma retórica alarmista, algo compreensível quando se trata de abordar um fato social cujas manifestações empíricas parecem beirar o limite da civilidade e do racionalismo. Compreensível, sem dúvida, mas de pouca utilidade. Não precisamos de afirmações como “de algum modo, o corpo-arma branca do

lutador transmuda-se em corpo-arma explosiva, *pronta para matar*” (Diógenes, 1998: 175; grifo meu) para avançar na compreensão do problema. Não há vantagem alguma em confundir algum grau de delinquência com psicopatia desmedida, em transformar jovens que gostam de brigar em verdadeiros assassinos, esperando apenas uma oportunidade para tirar a vida de alguém.

Mas é difícil escapar à tentação de tomar a exceção pela regra, e de emitir um julgamento calcado no mais baixo denominador comum. Veja-se a seguinte passagem:

*Nas academias, os praticantes de jiu-jitsu (fisculturistas, veteranos ou não), são os que enumeram o maior número de confissões com agressões físicas ou homicídios. O Rio de Janeiro é a capital nacional dos praticantes de tal arte marcial. Em 1999, existiam mais de 400 academias que ensinavam o jiu-jitsu: o maior número em todo o país (Veja, 3/02/1999). No verão do mesmo ano, em um espaço de poucos meses, a imprensa noticiou a morte de duas pessoas envolvidas em brigas provocadas por lutadores dessa arte marcial.. (...) O culto à agressão gratuita é outra característica deste grupo. “Se o camarada fica me olhando, vou lá perguntar o que é. Dependendo da resposta, arrebento a cara dele” (Rodrigo, 19 anos, estudante). Além das tatuagens, outra característica desta “tribo urbana” são os dedos levemente tortos com nódulos nas juntas de tanto dar socos, a mão calejada de musculação e a cabeça raspada ostentando apenas um topete. Estes jovens vão a boates e bailes nos finais de semana com o intuito de brigar. Toda segunda-feira é possível encontrar nos vestiários das academias integrantes deste grupo contando suas proezas. Vão aos bailes em bando, dirigindo suas caminhonetes – este é outro objeto de adoração desta tribo que preza carros grandes e fortes –, apressam-se em consumir bebidas energéticas à base de cafeína e aminoácidos misturadas com uísque e vodka; quando já estão agitados começam a mexer e agarrar as mulheres e aí então inicia-se a pancadaria. Frequentemente acabam nas delegacias de polícia, mas como são de classe abastada nada a eles acontece, pois subornam policiais ou ligam para pais e conhecidos influentes que os soltam. São também aficcionados por campeonatos de vale-tudo (competições em um ringue em que só é proibido enfiar o dedo no olho do adversário ou mordê-lo) e lutas de boxe (Sabino, 2004: 315; grifos meus).*

O trecho acima é na verdade parte de uma nota de rodapé de uma tese de doutorado – um excelente trabalho, diga-se – sobre fisiculturismo. Ao mobilizá-lo para a discussão aqui proposta, meu objetivo não é o de criticar a validade da tese como um todo, o que aliás seria totalmente descabido e injusto, mas somente observar a violência contida na representação de um fenômeno como este dos “pitboys”. Em um mesmo parágrafo, encontram-se algumas das generalizações que compõem o estereótipo dos lutadores de jiu-jitsu tornados “pitboys”: tatuagens, cabelos raspados, orelhas deformadas, carrões potentes, bebidas energéticas misturadas com álcool, pancadarias em boates. Mas ocorre que “o

culto a agressão gratuita”, ao contrário do que é afirmado, não é “outra característica do grupo”, isto é, dos praticantes de jiu-jitsu como um todo. Os dedos “levemente tortos com nódulos nas juntas” não são de “tanto dar socos”, golpe que aliás não faz parte do repertório de técnicas praticadas numa academia de jiu-jitsu, mas sim efeitos da enorme quantidade de força dispendida na “pegada”, isto é, no ato de segurar o sempre grosso e áspero quimono do adversário. O vale-tudo não é uma competição onde “só é proibido enfiar o dedo no olho do adversário ou mordê-lo”, pelo menos não desde o final da década de 90. Entretanto, o que salta aos olhos é afirmação de que, nos vestiários das academias, é comum encontrar lutadores de jiu-jitsu enumerando “confissões com agressões físicas ou *homicídios*”. Sem dúvida, parece bastante plausível que lutadores de jiu-jitsu não tenham muitos pudores de se gabar das porradas que distribuem em outrem (repito intencionalmente o plural empregado na citação original). Mas outra coisa, inteiramente distinta, são estes mesmos lutadores confessarem abertamente que *mataram* alguém durante um final de semana. Isto não soa nem um pouco convincente, e arrisco a dizer que, se tal tivesse mesmo ocorrido, Sabino provavelmente teria se alongado um pouco mais no relato e citado textualmente a fala do informante, tamanho o choque que lhe teria causado. A distância entre a confissão de uma agressão e de um assassinato é simplesmente grande demais para não causar um estranhamento mais profundo.

Para além dos efeitos de estereotipagem e do uso de uma retórica alarmista, há outra importante característica no interior da trama de articulações discursivas sobre “pitboys”. Trata-se da busca da explicação do fenômeno através do que poderíamos chamar de o “discurso da falta”. Nessa perspectiva, a violência das brigas e confusões acionadas por “pitboys” é sempre encarada como efeito ou reflexo de algum tipo de ausência: de estrutura familiar, de educação (“limites”), de leis mais severas, de segurança nas casas noturnas, de professores de jiu-jitsu adequadamente formados, ou de todos estes fatores combinados. Como seria de se esperar, tais discursos se fazem repercutir com maior frequência nos jornais, especialmente nos dias posteriores a um episódio de agressão de “pitboys”, quando as seções de “cartas dos leitores” transformam-se então em terreno fértil para sua análise. Os exemplos são muitos e diversos, e seria desnecessário esmiuçar todos aqui – sobretudo quando tivemos a sorte de encontrar todas estas “faltas” condensadas numa única reportagem.

*Nem sempre acompanhados de um pitbull, eles têm em comum com a fera a violência gratuita e padecem, também, de extremo preconceito em relação às minorias, além de uma falta total de perspectiva de vida. “Eles não sabem o que é Brasil, não tem noção de realidade. Vivem num mundo à parte”, dia a jovem F.V., vítima de um desses tipos. (...) Preocupado, o campeão Rillion Gracie atribui o mau uso do jiu-jitsu à proliferação de academias, muitas vezes sem o controle da federação. “Infelizmente, muitos professores desconhecem a história do jiu-jitsu e são despreparados para dar aula”. (...) Para o psicanalista Wilson Amendoeira, a questão é muito mais ampla. A sociedade está doente – e o pitboy é apenas um dos indícios. É preciso deitar a sociedade em um grande divã, para encontrar a cura e evitar outras tragédias. “A gente vê na clínica a dificuldade das pessoas de compreenderem o que está se passando neste mundo, que tem como valores máximos o individualismo, o sucesso a qualquer preço, a falta de compromisso social. É preciso resgatar a solidariedade, o apreço pelo outro” (...) A ação pautada no imediatismo é confirmada pela psicóloga Tereza Góes de Monteiro: “A falta de perspectiva faz com que alguns regridam a um estado quase infantil, de querer imediatamente o brinquedo preferido.” (...) O advogado de Mariângela Massaro [mãe de um rapaz vítima de “pitboys”], Nélio Andrade, acha que a certeza da impunidade e a falta de limites impostos pelos pais são fatores que colaboram para o quadro de violência. “Os filhinhos de papai partem do princípio de que nada vai ocorrer, porque têm grana para pagar a fiança. A família tem que ser a primeira a impor limites”, lembra ele. (Fonte: Jornal do Brasil, edição de 12/09/1999; itálicos meus)*

Seguindo a cartilha que recomenda explorar “todos os lados” da questão, a matéria começa acusando a “falta total de perspectiva” que caracterizaria a vida de um “pitboy”. Mobiliza em seguida o depoimento de uma vítima (“eles não têm noção da realidade”) e a opinião de um conhecido membro da família Gracie (“professores despreparados”). Na sequência, requisita os saberes científicos da psicanálise e psicologia (falta “compromisso social e solidariedade”, falta “perspectiva”). E encerra com o ponto de vista de alguém que conhece a legislação e o sistema penal, um advogado (“certeza da impunidade” e “falta de limite imposto pelos pais”). Tudo somado, eis o remédio: se a sociedade brasileira fosse menos individualista e mais solidária de uma maneira geral; se os jovens de classe média e alta tivessem mais “perspectivas” (seja lá o que isso signifique); se vivessem todos em famílias devidamente estruturadas, que lhes dessem “limites” (quais exatamente, nunca é dito); se praticassem jiu-jitsu somente com professores pedagogicamente “responsáveis” e muito conscientes da filosofia da arte marcial criada pela família Gracie; se tivessem a certeza de que, caso espancassem alguém na rua, seriam severa e irreversivelmente punidos pela lei – enfim, se tudo isso viesse a se tornar realidade, aí então não teríamos “pitboys”. Mas, se tudo isso de

fato acontecesse, não seria a realidade: seria o melhor dos mundos. E no melhor dos mundos não há crime de espécie alguma, porque não há o quê os motive<sup>14</sup>.

Não vivemos no melhor dos mundos. Portanto, ao lidar com a manifestação incômoda da violência, deveria ser mais produtivo dirigir o olhar não para o quê esta manifestação nos diz sobre o que nós *não encontramos* em nossa sociedade, mas sim para aquilo que de fato nós *podemos encontrar*<sup>15</sup>.

### 3.3

#### Enfim, porrada: depoimentos de “ex-pitboys” e seguranças de casas noturnas

E, com efeito, não estaríamos desde o início deste trabalho procurando justamente levar a cabo uma tentativa de examinar o fenômeno dos “pitboys” em suas positivities? Começamos por esmiuçar, no interior das academias de jiu-jitsu, a emergência de um sistema que se retroa-alimenta: a idéia de superioridade técnica, ingrediente fundamental na formação da identidade da arte marcial que carrega o sobrenome Gracie, exigia sua provação constante em lutas e brigas, que por sua vez exigiam a manutenção de uma série de dispositivos a que chamamos de *ethos* guerreiro, *ethos* este que, com o tempo, tornou-se ele mesmo ingrediente fundamental da identidade dos praticantes do jiu-jitsu. Inferimos daí aquilo que chamamos de “filosofia da eficiência”, e suas repercussões na pedagogia de uma aula de jiu-jitsu. Observamos a construção de um certo ideal de masculinidade nos treinamentos diários de jiu-jitsu, isto é, as práticas da “taparia”, “bloqueio” e “baile funk” como partes integrantes do rito (mais amplo) de passagem à idade adulta, “pseudo-iniciações” que visavam transformar meninos em homens. Atentamos para a inscrição corporal de uma subjetividade moldada por este *ethos* guerreiro: a “casca-grossa”, construção de si que atua como recurso de sociabilidade, e a orelha “estourada” – símbolo máximo de pertença –, uma espécie de “Você sabe com quem está falando?” não-discursivo. Apreciamos a problemática que envolve a questão da homossexualidade – que o lutador de jiu-jitsu é perseguido pelo

<sup>14</sup> Esta idéia, e a argumentação que a sustenta, tomo-a emprestada do artigo “Cidade de Deus e suas discursividades”, do professor Paulo Jorge da Silva Ribeiro (2006).

<sup>15</sup> Aqui, não faço mais do que seguir o conselho do professor José Carlos Rodrigues, conselho este que foi decisivo na maneira de pensar e escrever esta dissertação.

fantasma de sentir prazer em agarrar-se a outros homens. E abordamos, ainda que de forma necessariamente breve e inconclusiva, questões que tangenciam todo este debate sobre virilidade e masculinidade, como por exemplo a importância do sucesso de lutadores brasileiros (sobretudo Royce e Rickson Gracie) em eventos de vale tudo para a afirmação da auto-imagem dos praticantes de jiu-jitsu, e a importância do estímulo dado pelas “marias-tatames” à solidificação de uma idéia de masculinidade profundamente atravessada por maneiras que poderíamos chamar de grosseiras, rudes.

As entrevistas com ex-lutadores de jiu-jitsu – entre os quais, alguns que na adolescência poderiam ser considerados “pitboys” – e seguranças de casas noturnas e eventos, fizeram emergir importantes questões que devem contribuir para o aprofundamento da discussão. A racionalidade empregada no ato de sair na porrada; o fato de fazê-lo como um jogo/brincadeira (“*play*”), no sentido que lhe dá Huizinga (2005); o descontrole controlado das emoções (Featherstone, 1995) e o componente de risco que acompanham a briga; a necessidade de visibilidade e a identificação com um modo de ser associado à violência do crime organizado; a afirmação da hierarquia que delimita fronteiras de classe, traduzida no emprego da expressão “sabe com quem está falando?”; todas estas questões serão discutidas a partir dos relatos dos entrevistados. Vejamos, pois, como se articulam em relação aos “pitboys”.

#### Racionalidade e cálculo

Conforme observado, no início da década de 90 os praticantes jiu-jitsu eram treinados técnica e psicologicamente para se convencerem de que eram fisicamente superiores não somente em relação a outros homens, mas sobretudo em relação a adeptos de outras artes marciais. O *ethos* guerreiro dominante (e exigido), o necessário endurecimento até a obtenção da “casca-grossa”, a disposição em não “levar desaforo para casa”, a confirmação da supremacia da técnica em eventos de MMA, tudo convergia para a criação desta sensação de superioridade. De fato, Hélio Gracie parece ter alcançado seu objetivo, o de “criar um veículo para dar segurança às pessoas”:

*O jiu-jitsu te deixa muito mais autoconfiante. Eu pelo menos sentia que eu não apanharia de ninguém, entendeu? Pra mim, podia ser do tamanho que fosse. Tudo bem, se treinasse jiu-jitsu também e fosse grande pra caralho, aí fodeu. Mas se o cara é leigo, mesmo o cara sendo grande, se você tiver experiência, você consegue segurar o cara, e pelo menos não apanha. Então tinha essa autoconfiança em você, isso é fato. (Rafael, 31 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

A mesma opinião é compartilhada por outro ex-praticante de jiu-jitsu:

*E o jiu-jitsu funcionava né, cara? O pior de tudo era isso, o jiu-jitsu funcionava pra cacete. Em briga de rua, a eficiência é absurda. Quando eu via duas pessoas que não treinavam, que não sabiam jiu-jitsu, brigando, eu me lembro de falar “caramba, eu enfió a porrada nesses caras muito rápido, muito rápido”. É impressionante, o jiu-jitsu é muito eficiente. (Rogério, 30 anos, ex-praticante de jiu-jitsu)*

Há nisso um dado de suma importância: porque treinado numa técnica de defesa pessoal que acredita ser insuperável, o lutador de jiu-jitsu sente-se razoavelmente seguro para se envolver numa briga. Este discurso, o da eficácia da técnica em confrontos violentos, é relevante na medida em que aponta para uma característica que normalmente não se costuma associar aos “pitboys”, a racionalidade. É comum pensarmos que o “pitboy” que espanca alguém numa boate sem qualquer motivação aparente esteja agindo como um “animal” – meio homem, meio cão pitbull – completamente desprovido de razão e consciência. Não obstante, as coisas se passam de modo diverso: o “pitboy” sabe o quê está fazendo. Não quer isto dizer que o “pitboy” aja sempre de maneira premeditada – por exemplo, ir a uma boate já com o intuito de provocar briga –, embora isto eventualmente aconteça, como veremos na sequência. Quer dizer, isto sim, que ele conhece com precisão de detalhes o repertório de movimentos que deve executar caso se envolva em alguma confusão ou pancadaria: sabe exatamente o quê deve ser feito e, mais importante, *como* fazê-lo. Nesse sentido, o que se pretende aqui é chamar a atenção para o cálculo ou a racionalização que envolve o domínio do uso do conjunto de técnicas corporais fornecido pelo jiu-jitsu<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Tal racionalização empregada no ato de brigar parece se coadunar com o diagnóstico de cientistas sociais quanto à crescente atenção dispensada à aquisição de controle e peritagem corporal de si (Breton, 2003; Ortega, 2006), e ao recurso calculado de comportamentos transgressores (o uso de drogas sintéticas, no caso) entre jovens de classe média e alta do Rio de Janeiro (Almeida e Eugenio, 2006). O primeiro ponto, de relevo teórico, remete-nos à observações sociológicas de validade mais ampla. O segundo, a um estudo antropológico de cunho empírico que se debruça sobre o mesmo universo de indivíduos pesquisados neste trabalho. Voltaremos a este ponto logo adiante.

*O cara que sabe brigar, que vai sair conscientemente na porrada, ele traça uma estratégia. Mesmo que seja uma coisa rápida na cabeça dele, ele é estratégico. Ele não faz aquilo sem pensar. “Eu vou entrar assim, dar pisão, depois baianar”... Ele não entra assim “ah que se foda, vou entrar de qualquer jeito”. Você entra já pensando. Mas ele não tá pensando nas consequências que aquilo pode ter. O cara que é porradeiro é inconsequente por natureza. Eu acho que isso aí acontece muito. (Rafael, 31 anos, ex-praticante de jiu-jitsu)*

Mencionamos anteriormente alguns dos principais estudos que apontam para a crescente importância do corpo na construção da identidade do sujeito. Vimos, ainda que de passagem, algumas das implicações deste processo, isto é, o surgimento da bioidentidade e da biosociabilidade que a informa e acompanha. Vimos também que a preocupação do indivíduo com o corpo é levada ao extremo não por uma escolha meramente individual, mas por toda uma cadeia de pressão advinda da transformação da saúde (mental inclusive: o bem estar) e do ideal da boa forma em um bem a ser consumido. Assim, não é de se estranhar que a preocupação e o controle do próprio corpo assumam, nos dias atuais, caráter eminentemente ascético.

Mas o que importa ressaltar é que o caráter ascético da construção corporal do sujeito supõe a idéia de um *self* reflexivo, ou seja, um indivíduo totalmente consciente e vigilante de si. Cuidados médicos, higiênicos e estéticos: a construção da identidade pessoal é permeada pela observação e controle de todas as variáveis que afetam o corpo. Assim, o vocabulário que acompanha a aferição do desempenho do corpo ganha, também uma conotação moral; uma nova ideologia, o *healthism* (Ortega, 2006; Bezerra Jr., 2002<sup>17</sup>). O indivíduo que constrói a si próprio de maneira ascética, ao mesmo tempo em que persegue a obtenção do corpo perfeito ou ideal, busca a experiência de uma vida regrada, calculada. Eis aí o imperativo da disciplina contrapondo-se aos imperativos do prazer e hedonismo (tão propalados pelos teóricos da vida pós-moderna). A necessidade de dietas rigorosas, sexo seguro e trabalho exaustivo do próprio corpo constroem o princípio da fruição do prazer sem limites. Hoje, diz Ortega (2006), o sujeito hodierno seria não tanto a imagem do consumismo ou

<sup>17</sup> Benilton Bezerra Jr. define o *healthism* como “uma ideologia que combina um estilo de vida hedonista (maximização de prazeres e evitação de desprazeres) com uma obsessiva preocupação com práticas ascéticas cujo objetivo, longe de buscar excelência moral, elevação espiritual ou determinação política, é otimizar a vida pelo cuidado com a aparência de saúde, beleza e *fitness*, atendendo assim ao que parece ser a imagem do sujeito ideal atual (2002: 233-4).

hedonismo desvairados, mas antes do controle ascético de si. Em parte, esta também é a imagem do lutador de jiu-jitsu tornado “pitboy”. Pois a ele não seria possível envolver-se frequentemente em brigas e pancadarias sem a necessária confiança em sua habilidade e potência de luta, confiança esta que só é adquirida mediante o adestramento do próprio corpo em treinamentos exaustivos.

A idéia de que jovens cariocas de classe média e alta se valem da racionalidade e da constante peritagem de si durante a adoção de um comportamento tido como transgressor ou desviante, foi anteriormente explorada por Almeida e Eugenio (2006) em um estudo sobre o consumo de drogas sintéticas em festas *raves* e boates do Rio de Janeiro. As autoras demonstram como o tradicional discurso que procura explicar o uso de drogas – ancorado em noções negativistas como “fuga da realidade” ou perda de si – não se aplica no caso do universo pesquisado. Pois, no trabalho de campo, não se depararam com jovens desejosos de renúncia ao mundo à sua volta, mas justo o inverso: jovens que buscavam o acesso à intensidade do momento, a potencialização das sensações corpóreas vividas no instante. Mais ainda, constataram que o consumo de *ecstasy* é feito segundo um código pragmático de gerenciamento da experiência: há que se saber (ou aprender) o ambiente certo para ingerir a droga, a dose a ser consumida, o horário apropriado, bem como conhecer inúmeros “macetes” indispensáveis à perfeita fruição de seus efeitos, a saber, evitar o consumo de álcool, beber água para compensar a desidratação causada pela elevação da temperatura corpórea, mascar chiclete para aliviar os dentes “trincados” etc.

Algo de semelhante pode ser dito no caso dos “pitboys”, não apenas em função da aquisição da competência técnica, do uso calculado do corpo, do trabalho de gerenciamento de si, ou ainda da premeditação do comportamento transgressivo, mas também e sobretudo em função da procura pela intensidade vivida no instante – a diversão, a excitação do risco, a adrenalina.

*Uma vez fomos numa festa grandona lá na Barra. Tava eu, o Márcio, o Claudio, o André. Aí na saída, mó galera, né, e tal, inclusive tava o Fulano e o Beltrano [cita os nomes de dois conhecidos lutadores atuais de vale tudo, um deles membro da família Gracie; na época do relato, contudo, eram adolescentes]. Tinha uma galera. E de repente passa um cara jogando bola, e o André chegou e saiu correndo pra brincar de bola com o cara, mas o cara dá um “come” [drible] no André. O André é ruim de bola. Aí ele vai e “come” no André de novo. Aí*

*neguinho sacaneia “ahhhh, André!”. Aí daqui a pouco o André sai puto atrás do cara, dá um chute na perna do cara, e ele reclama “pô, quê isso, quê isso...” e bota a bola debaixo do braço, “não, pára com isso”. Aí meio que morreu a parada. Aí a gente viu que os amigos do tal cara iam “juntar” o André, só que eles não viram que o André tava com a gente. Aí um cara começou a discussão com o André, e nós chegamos “que porra é essa, vocês vão querer juntar o nosso camarada?”. Aí os caras já amansaram totalmente, e nisso que os caras já amansaram totalmente o Fulano [hoje lutador de vale-tudo] saca um protetor de boca, botou o protetor lá e eu falei “porra, tu veio preparado mesmo pra parada, que marra é essa...”. Botou o protetor de boca dele, aí chegou o [outro atleta que hoje luta vale-tudo, da família Gracie]. Já tinha meio que morrido a confusão, os caras viram que não iam juntar o André, e ele também não queria brigar. Aí o Gracie chega colando uma cotovelada na cara de um deles, abriu um corte, e aí neguinho se empolgou e começou a bater nos caras. Dessa vez eu nem me meti, só fiquei olhando. Porque ali não tinha razão... Eu não gosto dessas covardias. Os caras brigaram, pá, pá, pá, aí saíram correndo, e neguinho saiu correndo atrás do caras, e eu falei “caralho, quê isso!”, correndo atrás dos caras no estacionamento... Aí os malucos entraram no carro, ligaram o carro, saíram meio que cantando pneu, saíram meio que passando perto de um amigo nosso, “caralho, queria me atropelar!”, aí neguinho botando mais pilha ainda, só que chegou na hora de pagar o estacionamento, tinha fila... Mermão... Neguinho chegou e des-tru-iu o carro dos caras, brother... Neguinho estourou o vidro do carro, neguinho chutando os vidros do carro, as lanternas, batendo nos caras dentro do carro, quebrando tudo, pau, pau, pau! Mas como os caras nem saíram, neguinho não machucou tanto os caras. Mas, porra, quê isso? Sem razão. Lá atrás, por causa de uma bola... Foi foda. Do nada. (João, 35 anos, ex-praticante de jiu-jitsu.)*

### Emoção e risco

Quando a briga parece inevitável, prestes a explodir, o jovem tira do bolso um protetor de boca, desses que se usam em lutas de boxe. Coloca-o: está pronto para o confronto. Para além da óbvia constatação de que o rapaz saiu de casa já com o intuito de se envolver em uma briga, o espanto: ele o faz com um grau inimaginado de *expertise*. Ciente dos riscos, mas disposto a corrê-los, ele emprega um recurso inusitado, para dizer o mínimo, a fim de garantir a si próprio alguma proteção. Caso a porrada termine por lhe ser desfavorável, poderá voltar para casa com um corte no supercílio, um nariz que sangra, um olho inchado. Mas os dentes haverão de permanecer intactos.

Featherstone refere-se ao conceito de Wouters (1987) de “descontrole controlado das emoções” como um “nível superior de controle das emoções” (Featherstone, 1995: 116)<sup>18</sup>. Com isso, dá a entender que tal descontrole se passa

<sup>18</sup> É pertinente notar que Elias utiliza a mesma expressão, com conotação semelhante, para se referir ao esporte: “Um dos principais traços fisionômicos das sociedades altamente diferenciadas

apenas na superfície: sua condição de possibilidade, aquilo que o permite e autoriza, é na verdade sua antítese, a capacidade de gerência de si. Colocar-se à prova, jogando com os limites das próprias emoções e tateando suas regiões fronteiriças, exige um sujeito competente em termos de autocontrole emocional, um sujeito que confie em si mesmo a ponto de se permitir tal comportamento. A idéia é útil para se pensar o problema da violência associada aos “pitboys”, por razões diversas.

De saída, a ressalva: não se trata aqui de procurar em dispositivos psicológicos as motivações ou raízes de fatos sociais. O cálculo e a racionalidade envolvidos no “descontrole controlado das emoções” são, como espero haver demonstrado, socialmente construídos. Além disso, vale observar que este descontrole não é assim tão descontrolado muito em função de fatores externos ao sujeito. É raro o jovem lutador meter-se sozinho numa briga, como se verá nos depoimentos de ex-praticantes de jiu-jitsu e seguranças de casas noturnas. Normalmente, ele está acompanhado de uma “galera”<sup>19</sup>, cuja influência em sua vida é num certo sentido contraditória.

*A: Naquela época, rolava muita pressão da galera da academia para você sair junto com eles, arrumar confusão em boate, essas coisas?*

*Túlio: Cara, com quinze anos você é muito influenciável, você não consegue contestar dez pessoas assim, na cara, você não consegue chegar lá e argumentar porque... Tem a pessoa que sabe o que é certo e errado, e sai fora. Mas essas assim eram poucas, e acabavam sendo excluídas. A maioria das pessoas era influenciável, eu várias vezes acabei indo fazer merda com a galera e dizia “vou ficar olhando só”. Pura babaquice, porque se você tá olhando, você tá participando, é crime, se você for ver lá no código penal, é crime. (Túlio, 34 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

---

e abastadas do nosso tempo é o facto de apresentarem uma variedade de actividades de lazer superior a qualquer outra sociedade que se possa imaginar. Muitas dessas ocupações de lazer, entre as quais o desporto nas suas formas de prática ou de espetáculo, são então consideradas como meios de produzir um *descontrolo de emoções agradável e controlado*. Com frequência, elas oferecem (embora nem sempre) tensões miméticas agradáveis que conduzem a uma excitação crescente e a um clímax de sentimentos de êxtase, com a ajuda dos quais a tensão pode ser resolvida com facilidade (...) (Elias, 1997: 73; grifo meu).

<sup>19</sup> Há uma preocupação metodológica que não deve ser desprezada aqui. Como assinala Magnani (2000), é preciso tomar o cuidado de não observar uma “tribo urbana” como estando isolada de todas as demais redes de interações e relações sociais; há que se considerar os múltiplos pertencimentos dentro dos quais se insere um indivíduo de uma grande cidade. Neste sentido, o jovem “pitboy” não é exclusivamente “pitboy” em tempo integral: ele deverá ser, por exemplo, também um integrante de uma torcida organizada, frequentador de um determinado *point* de praia etc. Se não averiguamos com maior profundidade tais interseções, não foi por ignorá-las, mas por falta de espaço e tempo: um tal esforço excederia em muito as possibilidades desta dissertação.

Por um lado, a galera contribui para expor o jovem a riscos, pois, para ser aceito, ele deverá constantemente provar-se um “casca-grossa”. Mas uma vez acolhido, o indivíduo passa a contar com a galera como um mecanismo de proteção. Ao se envolver numa briga, o jovem sabe que contará com a apoio dos amigos caso as coisas se compliquem seriamente. Há sempre a possibilidade de se machucar, é claro, mas não há o risco de não ser ajudado numa situação realmente difícil: se estiver “apanhando” demais, os amigos hão de interceder e decretar o fim da briga. E caso sofra um infortúnio ainda maior – digamos, ser linchado por um outro grupo rival –, não faltarão punhos dispostos a vingá-lo. “Galera”, assim, é também sinônimo de segurança<sup>20</sup>.

Com efeito, o rapaz que sai à noite para se divertir portando no bolso da calça jeans um protetor de boca, este rapaz está antes de mais nada disposto a experimentar (e superar) o medo, a agitação nervosa que atravessa os instantes imediatamente anteriores ao início da briga, ali onde reside a incerteza, onde as possibilidades ainda estão em aberto. O *script* tantas vezes ensaiado pode afinal cumprir-se: o rapaz deverá tentar um ou dois socos, encurtar a distância e levar seu adversário ao chão para então subjugar-lo, esmurrando-o impiedosamente ou fazendo-o desmaiar por meio de um estrangulamento. Mas tal desfecho, neste estágio, não é de todo certo, embora seja provável. Algo pode sair “errado”: o adversário pode lhe acertar um golpe decisivo e certo – uma cotovelada na têmpora, um soco na ponta do queixo –, que o faça tombar desacordado. Isto, até o mais hábil lutador de jiu-jitsu é obrigado a reconhecer.

A consciência do perigo da derrota, da possibilidade do fracasso, é comprovada pela própria necessidade de carregar consigo o protetor de boca. Toda vez que está prestes a começar uma briga, toda vez em que se coloca na situação de estarem os punhos, os seus e os de seu oponente, cerrados, esperando apenas a decisão de fazer o primeiro movimento, o rapaz sabe-se correndo um

---

<sup>20</sup> Mas é forçoso reconhecer que hoje a situação não é mais a mesma. O aumento da incidência de crimes com armas de fogo contribuiu para mudar substancialmente o quadro. Veja-se, por exemplo, o seguinte depoimento: “Eu andava com muita gente esquentada, eu participei de muita briga, muita briga mesmo. E era esquentado também, às vezes... E as pessoas eram esquentadas também, todo mundo era esquentado naquela época. Mas era uma época também que eu acho que não tinha muito esse negócio de tiro, facada, que hoje em dia é uma coisa muito maior. Era mais aquela coisa de se estressar por causa de mulher, a minha mulher, a sua mulher, blá, blá, blá, trocava umas porradas, uns tapas e no dia seguinte tudo bem. Era mais o negócio de briga mesmo”. (Marcelo, 30 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)

risco<sup>21</sup>. O exato momento que antecede o início da porrada, que de algum modo requer o desencadeamento de uma tempestade emocional furiosa, contém algo de paradoxal: se se deixar conduzir pela raiva cega, pelo desejo e ambição de triturar seu oponente o quanto antes – concentrando-se exclusivamente nos fins, não nos meios –, o rapaz arrisca botar tudo a perder. Ele deverá, assim, manter sob estrito controle o descontrole de suas emoções, tarefa de resto facilitada pela prévia introjeção de um saber corporalmente apreendido que aflora, automático, no decorrer da luta.

O recurso ao protetor de boca revela, a um só tempo, a vontade premeditada de “sair na porrada” e o medo em fazê-lo quando a hora chegar. Expõe a consciência da disposição de praticar a violência e a consciência do receio em sofrê-la. Mas é senão esta última – a consciência que se liga ao medo, ao risco, ao azar, ao imponderável – que seduz e estimula o lutador. Sem a excitação do risco, brigar não teria graça<sup>22</sup>. E o risco, segundo José Machado Pais,

*...pode ser um recurso usado para transcender a natureza anódina do cotidiano. (...) Um risco toma-se, não surge por acaso. Implica um desafio, uma escolha ativa baseada no cálculo ou na confiança; uma avaliação dos limites que separam o sucesso do insucesso. Por isso, o risco funciona como uma espécie de “filtro hermenêutico” dos atos a que se relacionam (Pais, 2006: 11-12).*

Como assinala Rodrigues (2006), o gosto pelo desafio adquire sentido quando se observa o fascínio que os homens demonstram em submeterem-se à provações extremadas, a ultrapassarem limites e convenções. Numa equação, poder-se-ia dizer: quanto maior o risco, maior o feito, maior o reconhecimento que dele se extrai.

*Por representarem simbolicamente limites, fronteiras entre o social comum e o cósmico extraordinário, as ousadias materializadas nas provações físicas, nos exageros, nos transes, nas abstinências, nos êxtases, nas viagens, nos retiros e reclusões, nos silêncios impostos, nas mortes simbólicas ou reais... muitas vezes figuram de modo positivo nos mitos e nos rituais de constituição dos poderes e dos poderosos. A experiência simbólica dos limites é fonte de poder. (Rodrigues, 2006: 166; grifo meu.)*

<sup>21</sup> Agradeço ao prof. Luiz Eduardo Soares por haver chamado minha atenção sobre este ponto.

<sup>22</sup> Duas ressalvas. A primeira é que o uso do termo “graça”, que remete à diversão, ao prazer, é proposital. (Veremos, na sequência, o porquê). A segunda é que a presente reflexão sobre a adoção de práticas arriscadas é largamente inspirada, para dizer o mínimo, em estudo do prof. José Carlos Rodrigues (2006) sobre os “pingentes”, os assim chamados “surfistas de trem” cariocas.

Nesse ponto, caberia perguntar: e o que há de racional nisso? Precisamente nada. Mas a relação entre segurança e risco não é tão antagônica quanto faz parecer. Acaso não vivemos em meio a uma epidemia de obsessão pelo bem estar – planos de saúde, vitaminas, dietas, cirurgias plásticas, terapias variadas etc. – ao mesmo tempo em que assistimos à popularização de esportes ditos radicais, como o *rafting* (canoagem em corredeiras), *base jumping* (salto de pára-quedas de prédios e penhascos), *bungee jumping* (salto de pontes com o uso de elásticos), *tow in surfing* (surfe em ondas gigantes, possível apenas com o auxílio de *jet skis*), etc.? (Rodrigues, 2006). Outro modo de colocar a questão é avaliar a relação entre a busca da extensividade, isto é, o desejo de prolongar a vida ao máximo, e a procura por intensividade, que privilegia o momento e a fruição do instante em detrimento dos impactos negativos a longo prazo. Mais uma vez, onde se esperaria antagonismo, encontramos complementaridade. Os surfistas deslizam por sobre vagalhões oceânicos de até trinta metros de altura, mas o fazem com pranchas criadas com material de última geração, coletes especiais que incluem reserva de oxigênio e uma equipe de resgate de *jet skis* e helicópteros. Jovens cariocas de classe média e alta consomem drogas sintéticas cujos danos ao cérebro são suficientemente conhecidos e alardeados, mas de maneira geral o fazem tomando todos os cuidados para não perder “a linha” e o emprego<sup>23</sup>. “Pitboys” promovem brigas e pancadarias, mas, da mesma forma, o fazem no mais das vezes de modo a garantir para si razoável nível de proteção ou segurança.

No ato de “sair na porrada”, a adrenalina se conjuga com a frieza, o cálculo e a competência se confundem com a experiência simbólica, o investimento na intensividade não anula a preocupação com a extensividade. Em suma, razão e emoção não divergem, coincidem. O que nos remete ao trabalho de Eric Dunning, realizado com Norbert Elias. Dunning distingue dois tipos de violência: a violência racional ou instrumental, “meio de assegurar a realização de um objetivo dado”, e a violência afetiva ou expressiva, “subordinada a ‘um fim em si mesmo’ emocionalmente agradável e satisfatório” (Dunning, 1997: 330). Pretendo argumentar que a violência praticada por “pitboys” é simultaneamente racional e

<sup>23</sup> Almeida e Eugenio (2006) destacam dois importantes aspectos do gerenciamento de si que informam o uso de *ecstasy* entre jovens cariocas. O primeiro, que na gíria é referido como “perder a linha”, é o absoluto repúdio a qualquer sinal exterior que denote exagero na dose (“ficar com os olhos revirando”) ou a inexperiência em suportar ou saber aproveitar os efeitos da droga (“*bad trip*”). O segundo é o cálculo do uso da droga de modo a não comprometer a vida profissional do usuário (por exemplo, não tomar *ecstasy* em dia de semana ou no domingo).

afetiva, instrumental e expressiva. Racional e instrumental porque é de fato um meio de alcançar um determinado objetivo – vingar a namorada desrespeitada, sair de uma boate sem pagar a bebida consumida, provar-se mais homem que os outros homens e assim por diante. Expressiva e afetiva porque, como veremos, apresenta-se também como um fim em si mesmo – divertir-se.

*A: E o pessoal gostava de sair todo mundo junto para dar porrada nos outros?*

*Rogério: Tinha aquela questão de galera, tanto de academia quanto de bairro. Na época tinha modinha de galera. “Ah, vamos pegar os caras de Botafogo”. Eu nunca fui de me envolver muito nisso não. Mas tinha muito esse lance de sair na porrada na night. E normalmente quem saía na porrada na night era galera de jiu-jitsu, justamente por causa desse lance de se achar macho. Chegava lá, “achava que era maneiro sair cobrindo o cara de porrada, dar cabeçada, dar baiana, jogar o cara na mesa”. (Rogério, 30 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

Diversão: a “guerra” e o jogo

Assim como o cálculo e a racionalidade se fazem presentes não apenas no momento da briga, mas antes no interior da academia, também o componente afetivo atravessa, primeiro, o treinamento. No início dos anos 90, época em que o jiu-jitsu popularizou-se, a simulação da porrada nos treinos era, para muitos lutadores, uma prática sobretudo lúdica. Apesar dos potenciais riscos, de contusão ou derrota, “taparias” e “bloqueios” não podem ser corretamente entendidas sem que se observe a atmosfera prazerosa que as envolvia.

*Treinei algumas vezes vale-tudo com o pessoal da Carlson Gracie. Eles faziam treino de vale-tudo nos finais de semana, às vezes me chamavam pra ir porque eu também tinha feito boxe e muai thai. Os caras ficavam amarrados, porque eles queriam alguém que soubesse socar, pra bater neles. Cara, era o seguinte. Era de sunga, eles botavam luva em mim e eu tinha que largar a mão neles, e eles tinham que me imobilizar só usando o jiu-jitsu. Era basicamente isso. E como eu tinha noção de jiu-jitsu e sabia mais ou menos o quê eles iam fazer, eu era um bom treino pra eles. Não era bobo no jiu-jitsu, e sabia bater. (Lucas, 32 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

Acontecia também de grupos de amigos reunirem-se, nos finais de semana, para simularem lutas de vale-tudo em tatames improvisados na área de lazer de algum prédio ou casa de um dos integrantes:

*Às vezes a gente até combinava no final de semana, tinha um tatame aqui em casa, e o pessoal vinha e o pau comia, era “taparia” direto... Até que uma vez o meu pai*

*chegou de fora, e trouxe umas luvinhas, dessas de vale-tudo, que você consegue segurar, porque deixa os dedos soltos. Aí, mermão, aí foi a festa. Dava pra socar e pra segurar, botava o tatame e treinava porrada. Era a diversão da galera, né. Uma vez a gente chegou até a armar um mini-campeonato de vale-tudo só da galera, só entre amigos, mas acabou não rolando. (João, 35 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

Um campeonato informal de vale-tudo disputado entre amigos só é possível quando todos os envolvidos vêm na simulação da porrada uma brincadeira-jogo (“play”) no sentido que lhe dá Huizinga (2005)<sup>24</sup>; uma diversão que, por mais que acirre o espírito de competição – afinal, ninguém gosta de apanhar –, não deve ser por si só suficiente para exaltar os ânimos e despertar animosidade. Segundo Huizinga, o jogo é anterior à cultura e também superior e autônomo em relação a ela<sup>25</sup>, o que todavia não significa que uma forma específica de brincadeira-jogo, como esta a que procuro observar, não possa se desenvolver em função de disposições sociais ou culturais historicamente determinadas. Dizer o oposto seria dizer que o elemento lúdico que permeia a relação de lutadores de jiu-jitsu e “pitboys” com a briga estaria desde sempre absolutamente inscrito em algo como uma “natureza humana”, não sendo em nenhuma medida um construto cultural.

O jogo é uma função significante; tem um determinado sentido. No jogo, há sempre algo “em jogo”, que “transcende as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação” (ibidem: 4). O jogo, contudo, é irracional: suas principais características, afirma Huizinga, residem na intensidade da prática, no poder de fascinação que ela exerce e no divertimento que proporciona aos que dela participam. A intensidade a fascinação não nos soam muito estranhas como qualidades inerentes à um confronto violento, como no caso de uma briga. Temos maior dificuldade, no entanto, em aceitar a idéia de que nela possa haver divertimento. Mas é exatamente isto o que se passa:

*A: Como é que eram os papos, as conversas dentro da academia? Vocês falavam sobre as porradas que aconteciam?*

<sup>24</sup> Ao trazer Huizinga para a presente discussão, meu objetivo é tão somente mobilizar suas idéias sobre as características fundamentais do jogo para pensar a prática da porrada entre “pitboys”. Portanto, deixarei de lado suas observações a respeito da transformação sofrida pelo jogo nas sociedades modernas, criticadas, aliás, por Elias e Dunning (1997). De acordo com estes autores, Huizinga não teria efetuado “nenhuma tentativa para analisar a sociogênese desta suposta transformação, nem para a relacionar rigorosamente com as suas fontes sociais estruturais” (Elias e Dunning, 1997: 309).

<sup>25</sup> “Os animais”, afirma, “não esperaram que os homens os iniciassem na atividade lúdica” (Huizinga, 2005: 3).

*Marcelo: Sabe o que eu me lembro? Eu me lembro de papos assim: “A noite foi irada. Peguei três mulher e saí na porrada”. Tipo foi o auge da noite, entendeu? Pegou três mulher e saiu na porrada! [risos] Se só tivesse pegado três mulher, sem sair na porrada, não era tão legal. Então, a porradaria era uma coisa importantíssima, assim. É muito doido. (Marcelo, 30 anos, faixa-preta de jiu-jitsu.)*

O principal do relato, segundo me parece, é este “o auge da noite”. O auge é o clímax, o momento de maior excitação, o gozo. O dado que de imediato chama a atenção é o prazer, a satisfação retirada da prática da violência. Porém, note-se: trata-se de um elemento lúdico no interior de uma atividade mais ampla, lúdica em toda sua extensão, a noitada. Não há como entender a briga destacada deste que é seu contexto imediato. Ela é parte de um roteiro de diversão noturna que inclui mulheres (o plural aqui respeitando a fala do entrevistado), bebidas e, eventualmente, toda sorte de atos de vandalismo, tudo isso fazendo parte daquilo que os jovens chamam simplesmente de “zoação”. Não foi sem razão que um dos entrevistados, sem que eu houvesse dito ou insinuado nada a respeito, contou o seguinte episódio:

*Porra, a gente fazia muita merda! Pichava muro de neguinho, pulava de prédio em prédio... Numa dessas, todo mundo quietinho, tava pulando o muro pra invadir um prédio, quando de repente, sei lá se a grade tava mais pra fora, o cara começa a gemer “uhhhhhh, ahhhhh” e todo mundo “cala a boca, porra!” [risos]. O cara continuava “uoooohhhhhhh”, e nego fazia “shiiiiii, fica quieto porra! Tá maluco?”. Mermão, a parada foi a seguinte, eu só vi a calça jeans do cara ficando marrom, tava manchando, parecia que tinha cagado nas calças. O cara espetou o saco na parada! Espetou o saco no ferrinho da grade... [mais risos] A gente caiu fora e avisou pro porteiro “aí, tem um cara com o saco preso, enganchado lá na grade, ajuda lá”. (Túlio, 34 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

Em outra ocasião, perguntei se não acontecia também de a “galera” sair para “zoar” com prostitutas e homossexuais:

*Ah, isso rolava também. Tinha um amigo meu que era mestre nessa merda. Eu tava dentro do carro uma vez com ele, quando ele se pendurou pro lado de fora e encheu as costas de um cara com uma “tapetada”. [A “tapetada” consiste em enrolar o tapete de borracha do chão do automóvel e usá-lo como um porrete.] Não era nem puta não, era um maluco num ponto de ônibus, em pé, voltando da noitada. Tomou uma senhora “tapetada” nas costas e gritou “aaaahhhhhh”. Mas, porra, isso não é maneiro. Você agredir assim, por nada... E teve uma outra vez também, neguinho encostou o carro e chamou as piranhas assim “Aí, chega aí”. Começaram a falar com elas e tal tal tal, aí daqui a pouco eles falaram alguma coisa pra elas colarem o rostinho perto da janela do carro... E o cara pega o extintor e ráááááááá, dá uma extintorada na cara das malucas, saqualé? Aí as mulher “arf arf arf”, tossindo mal, porra, aquela porra é tóxica, neguinho mandou*

*uma extintorada na cara, como não entra? As mulher “arf, arf, arf”, passando mal ali<sup>26</sup>. (Marcos, 31 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

Nesse sentido, a porrada não seria exterior à “zoação” característica do circuito noturno de tais jovens, mas, ao contrário, parte integrante dele. Pode-se portanto dizer que a briga, no registro específico que estamos a observar, insere-se dentro de um contexto eminentemente lúdico, cujas características incluem a infixidez, o deslocamento contínuo e frenético (espécie de *zapping* pelas alternativas disponíveis na noite, geralmente à procura dos bares ou boates que estejam “bombando”, isto é, bem frequentados), a comunicação regida por princípios de fisicalidade (“chegar” nas mulheres, “pegar” as mulheres), a disposição constante de “ir para a guerra”, ou seja, comportar-se de modo a beijar o maior número possível de bocas na mesma noite (Almeida e Tracy, 2003). Esta última metáfora, a da guerra,

*sintetiza de modo radical o modus operandi das subjetividades atravessadas pelos regimes da fisicalidade. Nessas circunstâncias, afetos são disparados, olhares e toques físicos convertem-se em armas de guerras. A “máquina de guerra nômade” atinge sua intensidade paroxística através dos agenciamentos afetivos, que culminam na prática da “pegação”. Boate é essencialmente “pegação”, é guerra, esgrima e combate de olhares, aproximações entre massas corporais, projéteis disparados, arremessos. No setting das espacialidades da night, enfim, as economias internas e suas formas de inteligibilidade são balizadas pela condição de “guerra permanente” (Almeida e Tracy, 2003: 91).*

Não se trata de entender a “guerra” como um estado de espírito belicoso e sempre alerta, mas antes como uma disposição em atirar-se, em tentar interações diversas e ousadas sem receio ou pudor, tudo estando regido pelo princípio da

<sup>26</sup> Por coincidência, os jornais cariocas de 5 de novembro (2007) noticiaram um caso semelhante de agressão a prostitutas, ocorrido na Barra da Tijuca. O site do jornal O Globo informa que um grupo de rapazes teria jogado fumaça de extintor de incêndio em prostitutas e travestis da avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca: “Os jovens contaram na 16ª DP (Barra da Tijuca) que queriam se divertir assustando as prostitutas. (...) Quando elas se aproximaram do veículo, eles lançaram o pó do extintor de incêndio. Os três disseram que estão arrependidos. ‘Nós fizemos uma coisa muito errada e estamos arrependidos. Até pedimos desculpas a elas lá fora (em frente à delegacia). Mas não agredimos ninguém. Somos bem diferentes daqueles caras que agrediram uma mulher há algum tempo por que acharam que ela era prostituta [refere-se ao episódio da doméstica Sirley Dias]. A gente está careta. Não bebemos nada e nem estamos drogados, fizemos foi uma enorme besteira’, disse Fernando, que dirigia seu carro, um Fiesta, quando ocorreu o crime. Já o pai de Fernando teve uma atitude bem diferente. Para ele, os jovens ‘não fizeram nada demais’: ‘Eles não fizeram nada demais, tem gente que faz coisa pior. Foi apenas uma brincadeira de crianças. Qualquer um já passou por isso quando adolescente. Não entendo por que os jornalistas estão interessados nessa história’, disse o pai, que também se chama Fernando.” (Fonte: site do jornal O Globo, publicado em 5/11/2007.)

fisicalidade. Mas o clima de aventura, de roleta russa afetiva, não deixa de incluir um prazer pelo risco, um gosto pelo desafio. Assim, que melhor coroação para uma noite de “guerra” bem sucedida – três, quatro mulheres? – do que uma boa porrada? O *grand finale*, para não deixar dúvidas: a afirmação paroxística da própria potência e virilidade, a confirmação do *status* do macho dominante. O auge da noite.

*O fulano [diz o nome de um jovem membro da família Gracie] era um cara que começava uma briga por nada. Via que tava uma rolando um bate-boca, chegava e dizia “vamos começar logo essa porra” e bum!, colava uma porrada na cara de um, e aí começava a brigar geral. Uma vez ele falou abertamente pra mim, cara, a gente tava numa casa de praia, e neguinho conversando e dizendo pra ele “porra mermão, tem que parar de brigar, tem que parar com essa história, tá mandando mal, tá queimando filme”. E ele falou “porra cara, vocês não gostam de sair na night pra pegar mulher? Então, eu gosto de sair pra brigar, eu gosto de brigar”. Isso ficou na minha cabeça. (João, 35 anos, ex-praticante de jiu-jitsu.)*

Como foi dito, “ir para a guerra”, em ambos os sentidos, implica em correr riscos. Em toda guerra, em toda brincadeira-jogo, o elemento de tensão ocupa um papel importante, posto que tensão significa incerteza, acaso. As qualidades do jogador-guerreiro são postas à prova, e nisso reside boa parte do atrativo da “guerra”. “A essência do espírito lúdico”, assevera Huizinga, “é ousar, correr riscos, suportar a incerteza e a tensão. A tensão aumenta a importância do jogo, e esta intensificação permite ao jogador esquecer que está apenas jogando” (Huizinga, 2005: 59). Mas como pode um sujeito que confessa explicitamente gostar de sair para brigar, de ferir pelo prazer de ferir, estar “apenas” brincando ou jogando? Como pode a barbárie ser lúdica? A brincadeira-jogo não seria, por definição, oposta à seriedade?

De fato, o jogo é diametralmente oposto à seriedade. Isso, contudo, não significa nem que o jogo é necessariamente cômico, nem que algumas de suas formas não possam ser sérias, ou envoltas em sisudez. “O jogo é um combate e um combate é um jogo. (...) O fato é que é possível um jogo ser mortal sem por isso deixar de ser um jogo, o que constitui mais uma razão para não se estabelecer separação entre os conceitos de jogo e de competição” (Huizinga, 2005: 47). Não é por outro motivo que muitas das histórias de brigas e pancadarias me foram contadas com um misto de leveza e descontração. Inúmeras vezes os entrevistados desandavam a rir durante os relatos.

*A: Conta aí mais alguma história de briga.*

*Lucas: Teve uma outra confusão também muito engraçada. Aconteceu na frente da academia com um faixa preta nosso, pirado da cabeça, todo estressado, pequenininho, mas bom de briga. Tava se estressando com um ônibus, “num sei o que, vai tomar no cu”, fechou o ônibus, saiu do carro, parou o trânsito. “Desce aí, mermão, desce aí que eu vou enfiar a porrada, não sei o quê”. Porra, era o ônibus da polícia federal, cara! Os caras desceram, “como é que é?”, “tu vai dar porrada em quem?”. Tipo, levaram o cara pra delegacia, ficou horas na delegacia, esculacharam ele, tomou tapa na cabeça, se ferrou todo. Mas é uma história que as pessoas “riam muito”. (Lucas, 32 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

Resumindo o que foi dito até aqui, o jogo é irracional, mas jogado racionalmente. É uma prática lúdica, porém nada impede que seja séria e competitiva. Fascina e diverte, apesar (ou por causa) da tensão que a atravessa. Mas há outras qualidades distintivas do jogo que, segundo Huizinga, são igualmente importantes, a saber: o jogo é desinteressado: a satisfação obtida advém da própria realização do jogo; o jogo é levado a cabo dentro de um determinado espaço, durante um determinado tempo, ambos isolados da vida cotidiana; o jogo tende a criar um sentido de comunidade, que permanece mesmo depois de acabado o jogo; o jogo é uma atividade livre, voluntária; o jogo “cria ordem e é ordem” (ibidem: 13), isto é, exige uma ordem cuja desobediência implica em seu encerramento ou dissolução. Todas estas qualidades estão presentes na porrada tal como praticada por “pitboys”. Pois a porrada pode ser exercida de livre e espontânea vontade, apenas pelo prazer de “sair na porrada”; está geralmente inscrita num contexto lúdico e festivo (a “guerra”, a noitada), que escapa ao cotidiano; favorece um sentimento de pertencimento à uma determinada “tribo”; e por último, mas não menos importante, a porrada é sim regida por regras, pelo menos idealmente.

Há uma espécie de código de honra tácito que envolve a porrada, e o fato de que seja muitas vezes desrespeitado não significa que não imponha certos constrangimentos. O primeiro e mais óbvio exemplo envolve uma distinção de gênero: mulheres brigam agarrando-se umas aos cabelos das outras, e arranhando-se mutuamente. Homens, não. Homens utilizam mãos, cotovelos, joelhos, pés e a própria testa para golpear. Daí que puxar o cabelo do adversário ou arranhá-lo é uma prática mal vista, considerada quase como um recurso desesperado, uma “apelação”. Em termos ideais – é bom que isso seja frisado –, a porrada é quase como um duelo, dado que requer mínima igualdade de condições entre os contendores. (É quase desnecessário lembrar que a porrada só se desenrola sem o

recurso à uma arma, branca ou de fogo: se se sacar de uma arma, acaba a porrada.) A diferença de tamanho entre os envolvidos é aceitável: o magro pode desafiar o corpulento, e vice-versa, desde que a discrepância não seja escandalosa. O que não pode haver é superioridade ou inferioridade numérica de alguma parte. O “mano a mano”, como se diz na gíria nativa, é um suposto fundamental da porrada. Se dois ou mais indivíduos se unirem para agredir apenas um, a ação resultante não será entendida como uma porrada, mas antes como uma covardia que, ao contrário de afirmar a masculinidade dos brigões, a mancha e desacredita<sup>27</sup>. Mais: a briga “justa” deve iniciar de forma também “justa”. Para ser inteiramente aceitável, ou isenta de críticas e objeções quanto à sua legitimidade, a briga não deve nunca iniciar (ou, em alguns casos, acabar) com uma “emboscada”, um golpe que atinja o adversário desprevenido. A isto – um soco pelas costas, um “mata-leão” de surpresa –, chamam de “crocodilagem”, também uma forma de covardia, um indício de fraqueza. Estes dois pontos ficaram bastante nítidos em várias das histórias de brigas contadas nas entrevistas. Destaco a seguir os dois melhores exemplos:

*O Bruno era porradeiro, mas nunca fez jiu-jitsu. Fazia capoeira. Sempre foi contra o jiu-jitsu. Teve uma porrada dele antológica. Foi irada. Parecia filme, tipo Van Damme. A galera do colégio, tinha a galera do bem e a galera do mal. A galera do bem era do bem porque era a nossa, e a outra era a galera do mal. A gente tava no Resumo da Ópera, aí passa a galera do mal na nossa frente, e o maluco assim ó [empina o nariz], todo cheio de marra. Depois a gente descobriu que eles eram a galera do bem e a gente que era do mal. Mas enfim. Aí o Bruno gritou: “Mas que ridículo, hahahaha!” Aí o maluco: “Tá falando com quem, mermão?” “Tô falando contigo mesmo, cumpadi”. Começou aquele empurra, “vai se fuder!”, pá rá rá, o [judoca, hoje bastante conhecido] Flávio Canto separou: “Vocês não vão brigar aqui não, vão pegar mulher, porra!”. Aí veio o segurança e expulsou todo mundo. Aí expulsou todo mundo e neguinho falou “ah, mermão, agora a porrada vai comer”. A gente tava com uma galera, os caras tavam a galera deles, mas nego se respeitou e tal, e aí nego começou a falar: “Aí ó, ninguém vai juntar!, ninguém vai juntar!”. Abriu uma roda, chovendo pra caralho, todo mundo molhado, abriu uma roda, neguinho gritando “bora Bruno, bora!”. E além de capoeira, o Bruno*

<sup>27</sup> Assim, poder-se-ia dizer que, no caso da agressão sofrida pela doméstica Sirley Dias, apesar dos cinco rapazes terem “dado porrada” na vítima, o ato em si não constitui “uma porrada” no sentido em que estou propondo. Se tivessem voltado para casa sem serem descobertos, os agressores não diriam depois aos seus amigos algo como “ontem nós saímos na porrada com uma puta num ponto de ônibus”. Eles diriam “ontem nós enfiamos a porrada numa puta”, ou simplesmente “ontem nós ‘juntamos’ uma puta...”. “Juntar”, na gíria, é o ato de muitas pessoas agredirem uma só, normalmente mal visto entre praticantes de jiu-jitsu, pelo menos em teoria. Afirmando que aqueles que “juntam” alguém na verdade não se “garantem” individualmente. Há portanto uma distinção: “dar porrada” é simplesmente bater em alguém, o que pode ser feito de forma covarde; “entrar na porrada” é o contrário: apanhar, levar a pior; e “sair na porrada” refere-se a uma briga com qualidades de duelo, embora se possa dizer também que “uma galera saiu na porrada com a outra”.

*sempre foi bom pra caralho de boxe tailandês, tinha os braços compridos, a mão dele vinha no joelho, parecia um primata. Brigava bem, boa envergadura. E o cara, o cara era ruim de jiu-jitsu, era ruim de boxe. O Bruno deu uma aula de boxe, vinha e batia “um, dois, três”, e saía, depois entrava “um, dois, três”, e saía, todas as porradas estalando na cara do cara. O cara não conseguia “cinturar” ele de jeito nenhum, não conseguia levar pro chão. O cara era tão mongol que conseguiu pegar a perna do Bruno, o Bruno deu as costas pra ele, e ele não fez nada, não pegou no mata-leão, e a gente gritando “porra Bruno, não dá as costas!” Eu sei que acabou a briga, o cara não aguentava mais apanhar. Meio que pediu pra encerrar, e nego aceitou, deixou morrer a parada. O cara tava todo inchado, todo fudido, cheio de galo em tudo quanto era parte do rosto. (Eduardo, 30 anos, ex-lutador de jiu-jitsu)*

Neste caso, as “galeras” se respeitaram, e a porrada fluiu dentro da “normalidade”. Apenas dois jovens se enfrentaram, e a desistência de um foi acatada pelo outro. Mas nem sempre as coisas se passam desta maneira:

*Fui pra Maresias, eu, Bento e o Mateus. Já era umas seis da manhã, fomos pegar o carro. Aí passa uma picape, na caçamba tava o fulano [conhecido lutador de vale-tudo de São Paulo], aí quando passa pela gente ele dá umas porradas na lataria, pedindo pra parar. Aí parou uns quinze metros na nossa frente. Aí o cara “algum problema aí?”, e a gente “problema nenhum”. Ele “é, porque aqui não tem pra carioca não”. “A gente sabe disso, tamo aqui curtindo a noitada de vocês, respeitando a área de vocês e tal... São seis horas da manhã, tamo indo dormir, só isso”. “Não, é bom mesmo não ter problema, os cariocas são cheios de marra tal tal tal”. O fulano falou mais algumas merdas, tirou mais algumas ondas e a gente engoliu tudo. Aí nisso sai de dentro do carro um dos alunos dele, e começa a falar “aí fortinho, tu tá cheio de marra”, aí eu falei “mermão, cheio de marra o quê? Tá maluco? Só quero ir pra casa dormir, tô cansado, só isso”, aí no que eu falo isso ele “mermão o caralho, não sou teu irmão porra nenhuma” e eu “porra, qual é a parada, tá querendo arrumar confusão à toa?”, aí ele veio vindo pra cima, tentou me dar um chute, eu bloqueei, falei “não quero brigar”, aí ele veio me dar um soco, eu saí do soco, e começo a bater nele: bum! Entrei com um diretão, ele desnoiteou, bum bum bum, entrei com vários socos. Já fiz jiu-jitsu anos, sei que o cara vai tentar agarrar a minha perna. Não deu outra, ele quis me agarrar e eu bum bum bum, soco soco soco, travei aqui, agarrei o cara, cotovelada nas costas dele, soco na cara, e ele não conseguia me puxar e tal, sem me tirar o equilíbrio. Aí o fulano, que tava com uma bota de gesso, chega por trás e pum!, me chuta a cara. Dá um chutão na minha cara, caralho, eu não vejo mais nada, tudo preto, eu não sei nem como eu consegui ficar de pé, só fechei a guarda e fiquei sentindo os caras me dando porrada, bum bum bum, e tudo preto, preto, preto, assim, fechado, os caras me batendo, eu não sei nem quem me bateu. Eu sei que quando eu consegui ver um vulto eu me agarrei, meti a cara no peito do cara, pra proteger, até que chegou uma galera e consegui separar a briga. Aí fiquei com os dois olhos roxos, não tive nenhum traumatismo craniano nem nada, mas fiquei duas semanas todo inchado. Crocodilagem. Crocodilagem. Covardia pura. Porra, chutão na cara com bota de gesso! (Túlio, 34 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

Duas observações, para encerrar. Primeiro, vale notar que a porrada também se encaixa em todas as categorias de jogos propostas por Roger Caillois (1967;

*apud* Rodrigues, 2006). Ela é a um só tempo jogo de expressão (dramatização, ritualização), jogo de sorte, jogo de competição (desafio, duelo) e jogo de vertigem (que inclui sedução, fascínio). Segundo, e voltando uma vez mais a Huizinga, há um último aspecto da porrada-jogo-brincadeira que resta apreciar com maior atenção. Segundo Huizinga, a função do jogo pode ser definida por seus dois vetores fundamentais: “uma luta *por* alguma coisa ou a representação *de* alguma coisa” (Huizinga, 2005: 16; itálicos do autor). Estas duas funções, porém, podem se misturar. Um jogo pode representar uma luta, ou se tornar uma luta para representar alguma coisa. De volta à pergunta inicial: o que está em jogo durante o jogo?

#### Arma, Visibilidade, Respeito

À certa altura de sua introdução à “A busca da excitação”, escrito com Eric Dunning, Norbert Elias pergunta:

*... o que acontece se as condições na sociedade em geral não dotam todos os sectores com formas de controlo suficientemente fortes de modo a conterem a excitação, se as tensões na sociedade em geral se tornarem tão intensas que anulem as formas de controlo individual contra a violência e, de facto, introduzem um jacto de descivilização, se induzem sectores de uma população a sentirem a violência como algo agradável? (Elias e Dunning, 1997: 88-9).*

Não teria sido precisamente isto que ocorreu no Brasil a partir da década de oitenta? Ao pensar o ato de “sair na porrada” como diversão, como um jogo-brincadeira, dissemos que não se poderia entendê-lo devidamente sem que se observasse o contexto imediato – a “guerra”, a noitada –, também lúdico, no qual geralmente está inscrito. Mas é preciso observá-lo em seu contexto ainda mais amplo, que favoreceu este “jato de descivilização” de que fala Elias e que permitiu que a violência fosse sentida e praticada de forma agradável. Os sentimentos, as emoções, não obstante a mitologia romântica que se criou em torno deles, não são apenas províncias obscuras enterradas no fundo da psique individual de cada um. São também construtos sociais (Abu-Lughod e Lutz, 1990).

Não haveria de ter sido mera coincidência o fato de que uma arte marcial que surgiu e se estabeleceu permeada por uma filosofia da eficiência em

confrontos violentos de rua tenha se tornado moda entre a juventude abastada da zona sul carioca ali no início da década de noventa. A coincidência se torna tanto mais improvável quando se tem em mente que a prática de um determinado esporte é em si mesma um mecanismo de diferenciação de classe social. Modalidades esportivas que simbolizam “a força pura, a brutalidade e a indulgência intelectual” são geralmente associadas às classes populares; outras, como o golfe e a equitação, conferem “lucros de distinção” a seus praticantes (Bourdieu, 1983: 149-150). Por esta razão, “os esportes populares mais tipicamente populares, como o boxe ou a luta livre, acumulam todas as razões para repelir os membros da classe dominante” (Bourdieu, 1983: 150). Mas este raciocínio – o de que esportes que exigem sacrifícios ao corpo, a ponto de colocá-lo em risco, são geralmente associados às classes populares –, deve ser relativizado no caso do jiu-jitsu. Nos anos noventa, grande parte dos jovens de classe média e alta do Rio de Janeiro não queria jogar tênis, golfe, ou praticar equitação. Queria lutar jiu-jitsu.

É sem dúvida tentador enxergar a popularização do jiu-jitsu no Rio de Janeiro como uma resposta ao sentimento generalizado de insegurança que, desde os anos oitenta, vinha se fixando quase que diariamente nas manchetes dos jornais<sup>28</sup>. Dito de outro modo, é tentador entender o sucesso do jiu-jitsu como uma espécie de reflexo do fracasso da atuação do Estado e da fragilização de seu monopólio legítimo do uso da força. Contudo, para que uma tal afirmação pudesse ser feita de maneira rigorosa, seria necessário recolher evidências empíricas que a comprovasse. Se as classes média e alta carioca tivessem de fato passado a encarar o espaço público da cidade como um território hostil e perigoso, verdadeira “terra de ninguém”, e se em função dessa percepção houvessem instado seus filhos a praticarem uma arte marcial para aprender a se defender, então seriam duas as alternativas: ou as academias de diferentes artes marciais (judô, caratê, aikidô, kung fu, tae kwon do, hapkidô, muai thai etc.) teriam registrado um expressivo aumento do número de adeptos, o que caracterizaria um

---

<sup>28</sup> Esta parece ser a perspectiva de Cecchetto, em seu trabalho “Violência e estilos de masculinidade”. À certa altura, a pesquisadora assevera que “a emergência dessas práticas [a violência de funkeiros e “pitboys”] é explicada pela identificação de um processo em curso no país: a dessensibilização da sociedade para questões referentes à vida humana e à violência. As razões localizam-se na possível fragilização do monopólio estatal da força e no crescente poder adquirido pelo crime organizado, impondo um ideal de masculinidade agressivo e destruidor” (Cecchetto, 2004: 108).

*boom* dos esportes de luta como um todo, ou, ao contrário, teriam “perdido” adeptos justamente para o jiu-jitsu. O recurso aos dados das confederações das modalidades de lutas, neste caso, mostrar-se-ia de pouca utilidade, pois a maioria dos praticantes de artes marciais não participa de campeonatos, não estando portanto oficialmente registrada. A solução consistiria em levantar, de academia em academia, o histórico dos dados referentes à flutuação do número de alunos, e compará-los. Não é difícil imaginar: quantas academias teriam produzido e arquivado um tal registro?

Mas a dificuldade de se obter estes dados, ou talvez sua pouca confiabilidade, não é a razão que nos leva a deixar de lado esta hipótese. Via de regra, a lógica marxista tende a enxergar os fenômenos sociais em termos de oposição, não de complementaridade; e, para os objetivos deste trabalho, talvez fosse mais interessante ou produtivo pensar não numa atitude de *reação* dos jovens de classe média e alta à sensação de insegurança instalada com a ascensão do crime organizado, mas sim numa *identificação* destes jovens com muito do que caracteriza o comportamento e a estética dos grupos marginalizados. Em termos mais simplórios, quase vulgares, poderíamos dizer que, embutida na explosão do jiu-jitsu e no aumento da violência praticada por “pitboys” que se seguiu, estaria uma afirmação do tipo “eu (jovem de classe média e alta) quero ser como você (marginal, traficante)”, e não algo como “eu quero me proteger de você”. Seria, por exemplo, mera coincidência, o fato de praticantes de jiu-jitsu nomearem de “baile funk” um tipo de treinamento que, como vimos, consiste na prática ritual de troca de socos, tapas e pontapés entre dois grandes grupos de jovens?

Não há como subestimar o fato de que, em determinado momento, a por assim dizer cultura da favela entrou na moda, e de uma forma inédita. Ao lado do desde sempre presente samba, somaram-se o *hip hop* e sua denúncia de cunho social, o *funk* proibidão e sua apologia ao tráfico de drogas e ao sexo. As batidas e letras de artistas como Racionais MC’s, Dj Marlboro, Tati Quebra Barraco, Mr. Catra, entre outros, invadiram festas e *Ipods* da zona sul. No cinema, uma safra de filmes que inclui “Cidade de Deus”, “O Invasor”, “Carandiru” e “Ônibus 174”, para ficarmos apenas em alguns exemplos, derramou sobre as retinas dos espectadores novas representações sobre as favelas e a violência a ela associada. Não vou longe a ponto de dizer que a denúncia da miséria operada pelo cinema termina sempre por espetacularizar o mal, assim contribuindo inadvertidamente

para o aumento do fascínio que ele exerce (embora isto eventualmente possa acontecer). Da mesma forma, prefiro evitar afirmar que “vivemos em uma cultura em que o espetáculo dita as normas de cidadania, organiza as relações sociais, estabelece valores, formata as identificações” (Kehl, 2004: 103), ainda que reconheça a força e a pertinência do conceito do Debord (1997) para pensar o mundo atual. Contornando a discussão sobre o espetáculo, limito-me apenas à chamar a atenção para aquilo que mais parece mais relevante aqui: que os adolescentes de classe média e alta passaram a dispor de uma nova estética com a qual se identificar, mesmo que no mais das vezes estivessem se identificando com esterótipos veiculados na mídia e não com as manifestações culturais em si<sup>29</sup>. “Mas como toda estética comporta uma ética”, diz Maria Rita Kehl (2004: 102), “a escolha do modelo da periferia faz alguma diferença. É como se só fosse possível encontrar alternativa para a falta de sentido da vida pautada pelo consumo identificando-se com aqueles que não têm recursos para consumir”.

Seria ingênuo negar a importância do consumo e da moral do espetáculo na estruturação do modo de vida nas sociedades contemporâneas (Freire Costa, 2004). Mas seria igualmente duvidoso atribuir-lhes a maior parcela da culpa no que diz respeito à formação de identidades juvenis desviantes. Não há, penso, como responsabilizar diretamente o consumismo e o espetáculo pelo fato de que meninas da zona sul tenham começado a subir os morros cariocas para manter relações sexuais e afetivas com traficantes de drogas, tampouco pelo ingresso dos filhos da classe média no mundo do crime, cujo caso mais famoso é o do bandido Pedro Dom, executado pela polícia. Como vimos, é antiga no Rio de Janeiro uma certa atmosfera de complacência ou mesmo admiração em relação a comportamentos marginais ou transgressores. O espetáculo atualizou imagens nas quais se inspirar, slogans para repetir: “Dadinho é o caralho, meu nome é Zé Pequeno!”.

São muitas as particularidades que diferenciam “pitboys” e excluídos tornados marginais. O tráfico de drogas é um sistema de socialização que concorre com a via normal do trabalho, da rotina levada dentro dos parâmetros da lei

---

<sup>29</sup> Nesse sentido, o caso do *funk* parece o mais evidente. Como lembra George Yúdice (1997), após os arrastões ocorridos nas praias cariocas em outubro de 1992 a mídia não cessou de ventilar, de forma um tanto histórica, uma imagem do *funk* como um movimento absolutamente atrelado à violência, e nada além. Deixou, assim, de apresentá-lo em sua diversidade de facetas – por exemplo, como um “estilo de festas orgiásticas”, como havia percebido Hermano Vianna (*apud* Yúdice, 1997: 43).

(Zaluar, 1985). Ao colocar uma arma na cintura, o jovem traficante declara-se publicamente um marginal, condição que em geral o acompanha até a sua morte, no mais das vezes precoce. Mas isso não impede que se pense em possíveis semelhanças de comportamento entre “pitboys” e traficantes. Senão, vejamos. Com a etnografia de Alba Zaluar (1985), aprendemos que, na favela, a facilidade em adquirir armas de fogo provoca uma reviravolta na hierarquia de autoridade: o adolescente, porque “maquinado”, isto é, dotado de um instrumento que lhe garante poder de coerção, passa a desafiar e mesmo mandar nos adultos. E o faz sem pestanejar. Ao invés de se valer da conversa macia, da lábia habilidosa, como o malandro de antanho, ele simplesmente emite uma ordem de comando, que deve ser atendida sob pena de se iniciar um conflito aberto. Ora, e não é exatamente esta uma das características mais marcantes dos “pitboys”?<sup>30</sup> A diferença, no caso, é que o lutador tem no próprio corpo a arma que intimida, que garante a capacidade de subjugar o Outro.

Ao sacar uma arma e anunciar o assalto numa esquina qualquer, o jovem que é pobre, estigmatizado, ignorado e excluído, sai da condição de invisibilidade que lhe foi socialmente imposta, tornando-se, no momento mesmo em que faz do Outro sua vítima, um sujeito que cria a si próprio, que exige respeito e se impõe (Soares, 2004). “A arma”, escreve Luiz Eduardo Soares (2004: 141), “será o passaporte para a visibilidade”. Não apenas se fazer visível: o jovem marginal deseja também reconhecimento, que é sempre dado pelo olhar do Outro, olhar este que atua no processo de construção de sua identidade. Nesta perspectiva, traficantes e marginais diferem de “pitboys”, dado que estes são pessoas “visíveis”: não precisam bater nos outros em festas e boates para ter sua existência reconhecida socialmente. Mas talvez precisem fazê-lo para obter algum reconhecimento dentro de seu próprio grupo – para que, com o respeito conquistado através das provas de coragem e potência de luta, possam olhar a si mesmos no espelho e nele ver refletida a imagem dos elogios que lhes foram

---

<sup>30</sup> São muitos os relatos que o confirmam: “pitboys” que começam brigas em boates porque não querem ficar na fila, ou que agarram mulheres à força, ou ainda que pensam estar sendo “encarados” por alguém e partem direto para a agressão. Recentemente, o jornal O Globo (5/3/2007) noticiou mais um caso que ilustra bem este ponto. Acompanhado de um amigo identificado como “Pato Rouco”, o lutador João Paulo Saraiva, ao ser barrado no pub Wood Lounge, em Niterói (o lugar estava reservado para uma festa particular), agrediu três seguranças com um pedaço de madeira, chegando a quebrar mesas e cadeiras no interior do estabelecimento.

dispensados. A arma de que os “pitboys” se utilizam é também o passaporte para a visibilidade.

*Teve uma porrada numa boate. O cara queria porque queria brigar comigo. Eu não queria brigar com o cara. Mas ele queria, falava que eu tinha pichado a casa dele, mas era mentira. Aí chegou mó galera, ficou aquela berraria “ninguém vai juntar o cara!”. O cara chegou e botou o dedo na minha cara: “mermão, se eu não te pegar hoje eu vou te pegar em qualquer lugar”. E o cara era alto, maior que eu, só que magro. Aí eu falei “mermão, tira a mão da minha cara, cumpadi”. Quando eu falei isso, abriu um clarão, o cara veio vindo andando já assim, e eu recuando, e um amigo meu do meu lado, na minha orelha, dizendo “qualé Marcos, não corre não, não corre não, pega, pega, pega!”. Eu falei “ah, que se foda, porrada!”. Porque, imagina, época de galera, se você fugir, porra, acabou você. Ali eu tinha certeza que eu ia tomar porrada, mas pelo menos eu não ia manchar minha imagem, que não existia também, mas na época você pensa que tem. Enfim, resumindo, caí na porrada com o cara, me dei bem, não enfiei a porrada, mas fiquei por cima, dei uns socos na cabeça. Aí nego separou. O que aconteceu? No dia seguinte, a notícia espalhou. Virei o rei do meu bairro, os malucos sinistros babando o meu ovo, os malucos sinistros do morro pelando o meu saco, “caralho, Marcos é sinistro, eu sabia que esse moleque era bom, não sei o quê”. Porra, só faltaram me carregar no colo, maneiro pra caralho. Na semana seguinte, na mesma boate, o cara tava lá de novo. Mas tinha milhões de neguinho do meu bairro lá fora, me garantindo, entre aspas, porque na verdade eles tavam lá querendo ver confusão. Aí vem esse maluco e diz, “aê, morreu, morreu” [“morreu” significa algo como “o problema acabou” ou “está tudo bem entre nós”]. Então tipo assim: essa briga fez com que eu ficasse muito respeitado até em outros bairros. Por exemplo, tinha uma galera do Leblon que arrumava confusão com todo mundo, mas não comigo. Os caras me respeitavam, e 80% disso foi por causa daquele dia, porque o cara era maior que eu, porque eu enfrentei, eu não “peidei”. (André, 29 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

A preocupação em “não manchar a imagem” já é a construção de uma imagem. Tal como o traficante que se impõe exibindo o fuzil e a disposição constante para o enfrentamento com a polícia ou grupos rivais, o “pitboy” se faz temido e respeitado, inclusive (ao menos é o que o entrevistado alega, neste caso) entre “os malucos sinistros do morro”, através da prontidão em demonstrar valentia no uso do corpo-armas. Respeito, admiração – e regalias. Sair na porrada pode significar também vantagens impensadas para os vencedores.

*Era louco, porque tinha um negócio de respeito. A gente ia muito pra Campos de Jordão. A gente tava lá uma vez e aí rolou uma briga com um menino paulista que era já famoso em São Paulo por brigar e tal. E acabou que ele se estressou com a gente lá, não sei o que, e era uma época que não ia muito carioca pra Campos de Jordão. Aí rolou uma porradaria fenomenal, não sei o que, botaram a gente pra fora, rolou porradaria na chuva. Um amigo meu que estava comigo acabou enfiando a porrada nesse cara, que era até muito maior que ele. Aí todo mundo ficou, tipo assim, encantado pela gente, porque parece que o cara era um saco em*

*São Paulo, entendeu, o cara perturbava todo mundo. A gente ficou uns quinze dias lá “de patrão”, todo mundo tratando a gente bem. E a boate em Campos de Jordão era muito cara, e a gente não pagava mais, os seguranças botavam a gente pra dentro de graça. (Rafael, 31 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

Como se vê, a porrada não é apenas fonte de diversão, excitação. É também fonte de lucros de distinção. Luiz Eduardo Soares assinala que “ainda que por motivos ilusórios e passageiros, o crime dá prazer, fortalece a auto-estima, proporciona a fruição do respeito e da admiração que advém do pertencimento a um grupo, permite o acesso ao desejo das gurias (...)” (Soares, 2004: 158). Pode-se dizer o mesmo no caso dos “pitboys”: a porrada dá prazer (é lúdica), fortalece a auto-estima (a idéia de superioridade), proporciona a fruição do respeito e da admiração que advém do pertencimento a um grupo (a galera), e permite o acesso ao desejo das gurias (“marias-tatames”). Tendo isso em mente, podemos retornar a Pierre Clastres a fim de observar que, ao fim e ao cabo, nossos guerreiros da *night* e soldados do tráfico talvez não estejam assim tão distantes dos guerreiros de tribos indígenas amazônicas:

*Os guerreiros são portanto homens jovens. Mas por que os jovens são a tal ponto apaixonados pela guerra? Onde se origina sua paixão? O que faz, em uma palavra, o guerreiro querer se expor? É, como já vimos, o desejo de prestígio, que somente a sociedade pode reconhecer ou recusar. Tal é o vínculo que une o guerreiro à sua sociedade, o terceiro termo que põe em relação o corpo social e o grupo dos guerreiros, determinando desde o início uma relação de dependência: a realização de si do guerreiro passa pelo reconhecimento social, o guerreiro não se pode pensar como tal se a sociedade não o reconhece como tal. A realização da façanha individual não é senão uma condição necessária para a aquisição de um prestígio que somente o assentimento social confere. (...) O amor à guerra é uma paixão secundária, derivada de uma paixão primária: o desejo mais fundamental de prestígio. A guerra é aqui o meio de realizar um fim individual: o desejo de glória do guerreiro, que é em si mesmo sua própria finalidade. Vontade não de potência, mas de glória: tal é o guerreiro, homem para o qual a guerra constitui de longe o meio mais rápido e mais eficaz de realizar sua vontade (Clastres, 2004: 286-7).*

### Malandragem e Delinquência

Clastres nos remete a um curioso paradoxo: quando apreciada em seu conjunto, uma sociedade pode não se mostrar exatamente guerreira em sua essência; mas ela pode, contudo, admirar alguns de seus membros justamente por qualidades que se ligam às artes da guerra. Assim, pode acabar estimulando-os,

ainda que inadvertidamente, a adotarem um comportamento inclinado nesta direção. Transporte-se o raciocínio para o Brasil, prestando atenção sobretudo na aura de positividade entranhada naquilo que chamamos de malandragem, e está aberto um fértil campo para a análise.

A etnografia de Alba Zaluar (1985), como já foi dito, flagrou o fim da malandragem tal qual se conhecia nos anos sessenta. Aquele malandro, que aliava transgressão e mediação, que não vivia propriamente nem dentro nem fora da lei, mas numa espécie de entre-lugar, aquele malandro já não havia mais. Mas sabemos que a malandragem, mais ampla, não caiu em desuso junto com o mocassim branco; apenas transformou-se, adquiriu novo colorido, e também novos usos. Hoje, não é descabido afirmar que a pior pecha para o jovem brasileiro de uma grande cidade como o Rio de Janeiro é a de “otário”. Ninguém quer ser um otário: e quem não é otário deve ser malandro em alguma medida. Mas o jovem de classe média e alta não aprende a ser malandro na rua, ainda que deseje identificar-se com esse tipo de malandragem. A rua, experimentada coletivamente no pertencimento a uma galera, apenas complementa o aprendizado da malandragem que se inicia dentro de casa, com a própria família.

*Os adolescentes ricos convivem com essa criminalidade soft dentro, ou perto, de suas próprias casas. É o pai que oferece caixinha ao guarda para escapar a uma multa por excesso de velocidade, ou vai à escola pedir a cabeça do professor que reprovou, por razões justas, seu filho. Os pais que se apavoram quando um filho começa a fazer amizade com os favelados da vizinhança são os mesmos que contratam e demitem empregados sem pagar direitos trabalhistas e oferecem suborno aos fiscais da Receita que descobrem as irregularidades de suas empresas (Kehl, 2004: 104).*

Neste ponto, reencontramos os argumentos de DaMatta sobre a separação entre indivíduos e pessoas, e de Luiz Eduardo Soares sobre o *double bind* na sociedade brasileira. A lei vale para os outros, para os indivíduos, para os otários. Acima dela, o verdadeiro malandro<sup>31</sup>, a pessoa que se insere numa teia

---

<sup>31</sup> Penso que seria no mínimo curioso um estudo sobre ditos populares que envolvem a figura do malandro. De cabeça, lembro de alguns poucos: “malandro é o gato, que já nasce de bigode”; “malandro é o Batman, que usa as cuecas por cima das calças”; “malandro é o pato, que já nasce com os dedos colados para não usar anel”; “malandro é o gato, que quer mais é que o mar pegue fogo para comer peixe frito”. Tudo somado, eis a imagem do malandro: um indivíduo do sexo masculino, experiente e tarimbado, que, como todo super-herói, tem dupla personalidade; um sujeito que, por não sucumbir à rotina da vida ao lado de uma única mulher, possui tantas quantas for capaz de administrar; e, ao mesmo tempo, um sujeito que sempre sabe tirar proveito de uma situação, por mais estranha e adversa que lhe pareça.

privilegiada de relações sociais. Malandro que é malandro entra sem pagar, e não espera em fila. Raro o malandro que não se julgue onipotente.

*Ninguém pagava ingresso ou consumação de porra nenhuma. Tinha festinha, uma parada legal pra fazer na night? Ou a gente pulava, ou passava debaixo da grade, dava uma idéia no segurança, sei lá, arrumava um jeito. Várias vezes a galera entrava nas paradas sem pagar, ou então neguinho arrumava uma cartela de consumação, e enchia a lata, ficava “doidaralhaso” [bastante bêbado], e não pagava porra nenhuma. E se nego encrencava a gente quebrava a porra toda. Ninguém queria pagar pra entrar, isso era acabar com a nossa imagem. (Bruno, 29 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

A lógica utilitária, é claro, não explica tal comportamento. Nascido em família rica, é certo que não faltasse dinheiro ao entrevistado para se divertir na noite. Mas o que lhe sobrava era sobretudo a disposição em não deixar as regras valerem para si, transitar ao largo delas. Agir como pessoas normais, “isso era acabar com a nossa imagem”. Assim, otário não é somente o indivíduo correto, que acata as contingências naturais da vida em sociedade. Otário é aquele que dispõe de recursos para se mover por sobre tais contingências, mas não o faz; é aquele que tem a alternativa de “sair por cima” de uma situação, mas não a aproveita.

*Teve outra porrada num evento no Riocentro... Eu tinha ido comprar uma cerveja, de repente só escuto um pá!, e um cara gritando “ahhhhhhhh!”. Era o Guilherme, que tinha dado um tapa na cara de um cara. Mas um tapão mesmo, estalou alto pra caralho. Aí a porrada comeu, porradaria generalizada, neguinho foi expulso pelos seguranças, e lá fora a porrada continuou. O Guilherme montado no cara, dando socão na cara, daqui a pouco o cara que tá embaixo dele grita “Pára! Pára! Pára!” Aí neguinho até assustou, o cara gritando daquele jeito... O Guilherme até saiu de cima dele, e o cara gritando “Pára! Pára! Pára!”. Daqui a pouco o cara puxa uma arma, aponta pro Guilherme e diz “Você não vai mais me bater! Você não vai mais me bater!”. Ele falou “Caralho, mermão, você tava o tempo todo armado e entrou na porrada... Seu otário!”. E ele: “você não vai bater mais em ninguém, seu merda!”. “Eu sou um merda? Merda é você, que tava armado, não fez nada e entrou na porrada”. Aí vem um PM, trava a arma do cara, prende o cara. Levou o cara preso. O cara entrou na porrada, e ainda foi preso. (João, 35 anos, ex-lutador de jiu-jitsu..)*

A cultura da malandragem é uma das pontes que, lançando um fio invisível por sobre o abismo que separa a cidade partida, facilita a identificação de jovens da elite com o mundo da criminalidade dos miseráveis, justamente porque provê a aqueles uma boa desculpa ou justificativa para agirem como estes – afinal, como pode um otário ter sucesso num mundo de malandros? Em alguma medida, a

malandragem ajuda no flerte com a delinquência, não tanto pela vontade e expectativa de se obter vantagens materiais, mas antes pelo imperativo de ser mais malandro que a própria malandragem. Nesse sentido, talvez fosse possível falar na existência de afinidades eletivas entre o *ethos* da malandragem e aquilo que venho chamando de *ethos* guerreiro. A porrada praticada como duelo é um jogo, uma diversão e um teste, mas também uma necessidade de auto-afirmação e reconhecimento. A porrada utilizada como meio de agressão despropositada e covarde, acompanhada de roubo ou vandalismo, embora também atravessada pela dimensão do lúdico, comporta e sinaliza algo diferente.

*Eu tava na inauguração da Slavia [boate na Barra da Tijuca, praticamente destruída no dia mesmo em que abriu as portas: o caso ficou famoso, e foi assunto nos jornais por vários dias], quando quebraram a porra toda. O negócio foi o seguinte, o carinha do jiu-jitsu chegou na mulher e ela “ah, sai daqui e tal”, e ele “sua vagabunda!”, ela foi, tacou-lhe o copo de cerveja na cara dele, ele foi e deu um tapão nela, veio o amigo dela, aí fodeu. Começou a pancadaria, veio os seguranças, neguinho enfiando a porrada nos seguranças, porra, quem tava doidão começou a brigar. Cara, velho oeste. Nego pegava cadeira e arremessava no bar, pau!, e os barmans desesperados. Porra, e era caro pra caralho, e eu pensei, “não vou pagar porra nenhuma nessa merda!”, aí fiquei perto da porta, porque sabia que a confusão ia chegar na porta. Quando chegou perto da porta eu saí pulando, me meti no meio da confusão, comecei a pular e a gritar “êêê!, uoooouuuuuuuuuu!, aê porraaaaaa!”. Depois eu fui reparar que tinha mais uns dez que nem eu, assim, aproveitando a porrada pra sair sem pagar. Neguinho lá fora comemorando porque tinha saído sem pagar. Aí os caras conseguiram fechar a porta. Aí eu olho lá pra dentro e vejo o meu camarada querendo sair. Porra, Rubens! Deu mole. Mermão, tinha um cara maluco... O cara pegou o computador de cadastro que fica na porta, o cara pegou e falou “mermão, se não abrir a porta eu vou arremessar essa porra na porta!” E nego “calma, deixa o computador aí, bota essa porra no chão”. E ele “abre logo essa merda, senão eu vou jogar essa porra!”. Enfim, zuniu o computador na porta, mas o fio da tomada prendeu, levou tudo junto, abriu a porta e neguinho começou a berrar e começou mó galera a sair. Aí virou selvageria total. A grade que tem pra organizar fila, neguinho arremessou no vidro. Veio carro de polícia e o caralho. Mas nego quebrou tudo. Tinha o promotor do evento que tentava apartar, e ficava dizendo [faz voz de “criança”] “pô gente, não vamos brigar, calma aí, vai”. Aí vinha um neguinho e pau!, dava um tapa na cara dele. E ele “pô, não faça isso”, e outro maluco chegava e pau!, colava um na cara dele. Agora é engraçado, mas na hora foi foda. (Marcelo, 30 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

Uma mulher desrespeitada e agredida, uma pancadaria iniciada, uma boate absolutamente vandalizada, depredada: “nego quebrou tudo”. Um episódio como este não é tão comum quanto o “quebra-quebra” de ônibus e trens, por exemplo, mas nem por isso menos significativo. Segundo DaMatta, o “quebra-quebra” dos transportes coletivos – o elo de ligação entre a casa e a rua, o “ponto final de uma

massificação que todos tentam evitar” (DaMatta, 1993: 194) – pode ser entendido como uma forma extremada dos trabalhadores ganharem visibilidade, uma espécie de “sabe com quem está falando?” coletivamente vocalizado. Mas como entender o “quebra-quebra” promovido não por “indivíduos”, e sim por “pessoas” (para usar os termos de DaMatta), cujo alvo é um lugar de acesso no mais das vezes restrito, selecionado? O vandalismo de “pitboys” dirige-se contra o palco mesmo da “guerra”: não apenas quebrar o Outro, o grupo rival, mas quebrar o espaço onde a “quebração” se dá, o teatro de operações da “guerra”. Trata-se não de um lugar de humilhação, o denominador comum mais baixo de uma vida de privações, mas justo o contrário, um lugar de diversão, de fruição das benesses de uma vida de abundância. Poder-se-ia enxergar aí, no excesso, no transbordamento – de dinheiro, de potência corporal, de liberdade, de sensação de impunidade etc. – uma pista para o entendimento do vandalismo de “pitboys”. Mas isto, no fim das contas, equivaleria a fazer uso daquilo que chamei de “discurso da falta”, apenas invertendo o sinal. Mais interessante, e também mais assustador, é imaginar o “quebra-quebra” como o jogo-brincadeira da porrada levado ao seu grau paroxístico e covarde. Estantes repletas de garrafas de bebidas, mesas, cadeiras, espelhos, portas, computadores, aparelhagem de som e luz – nada disso revida. Prostitutas, indivíduos que esperam, sozinhos, um ônibus na madrugada, também não. Sofrem com “extintoradas” e “tapetadas” às quais via de regra não têm como reagir.

Chegamos enfim ao ponto onde o “pitboy” se iguala ao marginal:

*Tem uma história de um amigo meu da academia, casca-grossão, sinistrão e tal. Tava voltando doidão da night, dirigindo o carro. Doidão. Parou num sinal, sei lá que horas eram, aí pára um cara do lado dele, um entregador de pizza, não lembro qual pizza era. O cara cheio de pizza. Ele abriu uma porta, “dá uma pizza aê!”. E o cara “que isso, mermão, posso dar não.” Aí o maluco sentou uma “pranchada” [soco ou tapa] no cara, deu umas porradas nele, pegou as pizzas e saiu fora. (Rogério, 30 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

Como no episódio da doméstica Sirley, o que se vê é uma agressão seguida de roubo cuja motivação não se liga à promessa de lucros materiais. Ao servir de instrumento para a consumação do roubo, o corpo-arma perde sua conotação metafórica e ganha materialidade. É como um revólver apontado para o rosto: o que ele coloca em ação é uma ordem de comando despótica e inegociável.

Escrevendo sobre a relação entre a cultura narcísica e a crise ética que seriam características de nosso tempo, Jurandir Freire Costa assinala que a delinquência arrogante pressupõe “o absoluto desprezo pelo estatuto de pessoa que tem seu semelhante (...). Engravatado ou de pés descalços, o delinquente arrogante irrealiza o mundo, considerando-se acima da lei e desafiando, de maneira grotesca, todos que não queiram converter-se em apêndice de sua onipotência” (apud Rodrigues, 1993: 62). Seria interessante ter isto em mente ao ler o (longo) trecho da entrevista abaixo:

*Teve uma viagem pra Oktoberfest que foi muito louca. A gente fretou um ônibus, eram quarenta e oito pessoas, sendo que trinta e cinco caras da academia. Mermão, foi um vandalismo que me impressionou, saía do controle direto. Isso faz uns dez, doze anos, eu acho. Só sei que a gente era muito moleque, dezoito, dezenove anos, já não tinha muita consciência... A galera era surreal, era cada coisa surreal. Porque, tipo assim, apesar da gente se envolver em briga e tal, ainda existia a lei de honestidade. Eu não saía dando tapa na cara de uma pessoa a troco de nada. Se o cara mexeu comigo, ou com a minha mulher, ou se esbarrou, se olhou de cara feia, aí tu responde, o cara responde de novo, aí briga, né, uma coisa mais assim. Mas nessa viagem eu vi coisas surreais.*

*A situação começou a perder o controle quando a gente entrou na cidade, os caras do ônibus abriam a janela, mermão, cospiam em todo mundo, mostravam a bunda, ia xingando as velhas na rua... Mal a gente entrou na cidade, uma viatura encostou na gente: “A gente vai escoltar vocês até o hotel”. A gente chegou na cidade escoltado até o hotel. Tudo bem. Aí beleza, no primeiro dia a gente foi pra “night” e já saíram várias brigas, eram vários grupos, com várias brigas. E a gente fez uma camisa que era o símbolo de um homem, numerado atrás, um, dois, três, quatro, cinco, seis, pulava o vinte e quatro e ia até quarenta e oito. Era tanta confusão que o pessoal de lá começou a associar que quem tava com aquela camisa era brigão. E aí tinha uns cinco ou seis da nossa excursão que não eram de confusão, e os caras assim “porra, a gente não vai usar essa camisa não”, ficaram com medo de usar a camisa. “Não vai usar a camisa, mermão? Vai entrar na porrada! Como é que não vai usar camisa?” Tipo assim, os caras eram obrigados a usar a camisa também, entendeu?*

*Mas o negócio saiu do controle, porque, tipo assim... Eu me lembro que uma noite o dono do hotel chamou a gente e disse “vocês estão quebrando armário, tá dando briga na porta, nego tá xingando, os outros hóspedes estão reclamando, não sei o que”. E o cara reclamando, reclamando, reclamando, reclamando. Aí no dia seguinte a gente foi almoçar e eu falando, “cara, a gente tem que diminuir o ritmo, não tá dando, muita briga”. A gente ia almoçar num restaurante perto do hotel, ia sentar pra ver o que a gente podia fazer, porque tava dando muita confusão, daqui a pouco a gente escuta um barulho e... “Vai tomar no cu, não sei o quê, blá, blá, blá!” E a gente “caralho!”. Quando a gente olhou tinha um outro amigo nosso, que hoje não tem nada ver com isso, mas na época era um louco, jogando uma garrafa dentro do negócio, xingando o filho do dono do restaurante, dando um tapa na orelha do cara. Aí me sai o dono do restaurante com uma arma atrás dele, correndo assim, pra acertar o tiro. E a gente olhando aquilo, fudeu, que que a gente vai fazer? E o outro correndo em zigue zague, depois conseguiu se esconder e tal.*

## O relato prossegue:

*Tem várias histórias dessa viagem. Me lembro uma vez a gente andando na rua, aí um camarada nosso tava puto, cheirou lóóló, sei lá o que ele fez, e ficou louco. Tinha um cara passando e ele pau!, chute na barriga... Chute na barriga, soco na cabeça, porrada! Tipo, o cara tava passando, entendeu, naquela hora... Outra vez, tinta também um cara passando na rua, nego vai e pega o cara no mata-leão, o cara apagou, e se cagou todo na calça. Umas coisas assim... Sinistro. Um outro dia, a gente tava fazendo a contagem da galera no ônibus. Aí quando a gente olhou... “Motorista, o que que tá acontecendo?” E o motorista: “Tem dois garotos ali atrás no ônibus, que falaram que não vão sair não, e não são da excursão”. Aí eu olhei, e era só psicopata, todo mundo de cabeça raspadinha, e dois malucos que não eram da excursão falando que não iam sair do ônibus. Aí a gente olhou pros caras, a gente se olhou, aí eu falei, “pô, beleza, os caras tão errado”. Aí foi aquilo: “galera, tem dois caras lá no fundo que falaram que não vão sair do nosso ônibus não”. Mermão, parece que os dois eram amigos de um menino que tava no ônibus. E aí os caras “pô, fala aí, cara”, pedindo pro cara defender eles, e o amigo deles “pô, foi mal, mas eu não posso te ajudar não”. Os caras tiveram que abrir a janela, tiveram que pular, porque nego já tava dando soco, enfiando a porrada, e os caras pulando da janela.*

*Teve uma outra também, eu tava andando, aí o cara veio e me deu um esbarradão, veio pra me acertar, bum! Aí eu falei “quê isso?” Aí o cara: “que isso o quê, cumpadi?” Começou aquela discussão, mas o cara meio que começou a baixar a bola, e eu disse “então tá tudo certo”. Quando eu fui apertar a mão do cara, pra parada “morrer”, vem um amigo meu e pá!, dá uma morra [soco] de lado no cara. O cara caiu, e o cara era grande... Quando eu vi tinha um outro amigo dele, a porrada ia estancar geral, mas a polícia tava bem junto, e separou. Pegou os dois, levou pra delegacia e tal. Aí botaram os caras dentro da cela, e falaram assim, olha que loucura: “aí, vale-tudo, quem ganhar, sai”. O nosso amigo era um louco que brigava pra cacete, meteu a porrada no cara, então ele saiu, e o outro ficou lá, todo fudido. Voltou com a orelha desse tamanho, acho que tomou uma cachaçada na orelha. Aí eu falei “qual foi? que houve?”, e ele disse “porra, o policial disse que era vale-tudo, eu enfiei a porrada no cara e saí, mas ele falou que se ver alguém mais brigando com essa camisa, ele vai aleijar o cara”. Tipo, a polícia falou que ia aleijar a galera que tava com a nossa camisa!*

*Resumindo, deu a maior merda, fomos expulsos da cidade. A polícita bateu lá no nosso hotel, e a gente saiu da cidade que nem entrou, com a polícia escoltando o nosso ônibus. (Marcelo, 30 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*

De tudo, um pouco: idosas xingadas nas ruas, bundas exibidas em público, transeuntes covardemente agredidos sem qualquer motivação, pancadarias iniciadas por razão pouca ou nenhuma, vale-tudo informal disputado dentro da cadeia, quartos de hotel vandalizados, restaurantes depredados... O próprio entrevistado distingue a violência aceitável ou “justa” – o que ele chama de “lei da honestidade” – da violência “surreal”, que ele viu diante dos olhos e da qual tomou parte em alguma medida. Interessante também observar a atuação da polícia. Escolta o ônibus na entrada e na saída da cidade, coloca um dos “pitboys” na cadeia apenas para fazê-lo lutar um “vale-tudo” – será que os policiais

realmente pensaram que isso seria uma espécie de castigo? –, ameaça “aleijar” quem do grupo tornasse a brigar. Deter os brigões, autuá-los por lesão corporal ou agressão, e abrir um processo criminal contra eles, ou seja, levar a cabo o trabalho que compete à polícia, nada disso é feito. O que nos põe a pensar: como trabalham as pessoas que lidam diretamente com “pitboys”? O quê teriam a dizer sobre suas ações e comportamento? Seguindo esta pista, iremos nos deparar agora com os depoimentos de quem está do outro lado da “guerra”, os seguranças de boates, festas e eventos do Rio de Janeiro.

Os seguranças: “você sabe com quem está mexendo?”

A atuação de seguranças em boates e casas noturnas do Rio de Janeiro equivale, num certo sentido, ao de uma força policial. Os seguranças devem zelar pelo patrimônio, coibir o uso de drogas, fazer valer as normas do estabelecimento (pagar consumação, entrar em fila) e as regras de convivência social, e, quando a situação exigir, mediar conflitos, apartar brigas e impedir excessos de violência. No confronto com “pitboys”, seguranças têm algumas das atribuições da polícia, mas sem a autoridade e a legitimidade desta. Podem vigiar e reprimir, mas não podem punir. Estabeleceu-se entre ambos uma relação algo paradoxal: pois os “pitboys” são os maiores inimigos dos seguranças e, ao mesmo tempo, razão de seus salários. Quanto menos “pitboys” existissem, menor seria a necessidade de seguranças e, conseqüentemente, menor a oferta de empregos. Mas os seguranças parecem não se importar muito com isso. Preocupam-se mais com o tanto de dor de cabeça que os filhos da classe média e alta amiúde lhes causam na noite carioca.

*A: Quando e como você começou a trabalhar de segurança?*

*Maurício [dono da empresa]: Fui segurança de porta de boate por muito tempo. Trabalhei na Calígula, separei muita briga. Comecei com vinte e dois anos, trabalhei até os trinta. Tô com quarenta e quatro, depois que virei dono da empresa, parei. Fiz muito baile de carnaval, Iate Clube, baile no Escala. Década de oitenta, década boa...*

*A: E como era naquela época?*

*Maurício: Sempre teve turma. Tinha a turma da [rua] Toneleiros, o pessoal do jiu-jitsu dos Gracie arrumavam confusão, sempre tem esses playbozinhos, filhinho de papai. Hoje o pessoal chama de “pitboy”, mas isso sempre teve... Naquela época, tinha o pessoal da Prado Júnior, ia pros bares e não respeitava mulher casada, e você tinha que usar energia pra botar pra fora. E sempre com álcool na cabeça.*

*Alguns faziam luta, e eles queriam desafiar todo mundo. Vou te falar a verdade: nos anos oitenta a segurança batia muito mais do que bate hoje. Ah, na minha época, você batia mais. Hoje não. Hoje tem direitos humanos, bé bé bé. Arrumava confusão, ia pra delegacia. Naquela época a autoridade era mais autoridade. Fez coisa errada? entra na porrada, bota no xadrez. Se fosse nos anos oitenta, os “pitboys” não iam tirar essa onda toda. Os seguranças batiam muito mais.*

*A: E hoje em dia a segurança não pode mais bater por que?*

*Maurício: Porque, de repente, as coisas viram contra o segurança. Então ele tá lá pra tirar o elemento, o cara vai e conta outra história. E a delegacia hoje, a polícia com defensoria em cima... Direitos humanos, bé bé bé... Vira contra o trabalhador. Antigamente, não. Fazia coisa errada, sabia que ia ser posto pra fora, e se resistisse, entrava na porrada mesmo. No meu tempo a gente batia muito mais. Esse negócio de direitos humanos, bé bé bé, a imprensa também fazendo reportagens, tudo isso prejudica o trabalho do segurança. Porque eu não acredito que um segurança vá bater numa pessoa sem motivo. Se o cara fizer alguma coisa errada, vai ser convidado a se retirar, e pronto. E ninguém é retirado com flores ou pedido de “por favor”. Aí lá na frente o cara conta outra história na delegacia, e quer processar a segurança. Então hoje tem que ter mais tato pra trabalhar. Nos anos oitenta e noventa, não tinha tato não. O pau comia. Tempo bom que não volta mais.*

De saída, a constatação: sempre houve galera, jiu-jitsu, bebedeira, briga iniciada sem motivo. Nada disso é novidade, ou exclusividade da juventude de hoje. “Pitboys” já existiam antes dos anos noventa; apenas não haviam sido ainda rotulados como tais. Nesse sentido, o relato é interessante na medida em que desautoriza qualquer idealização do passado, e aí se inclui a ação dos próprios seguranças. Sem mecanismos que garantissem controle legal (defensoria pública) e visibilidade social (a mídia), e sem um por assim dizer discurso de constrangimento à violência que atravessasse a ambos (direitos humanos), a porrada estava livre para se desenrolar de maneira ainda mais sangrenta. É curioso reparar que, nas três vezes em que utiliza a expressão “direitos humanos”, Maurício acrescenta um “bé bé bé” logo em seguida, como que insinuando tratar-se de um “blá blá blá” inócuo e desnecessário. Quase como se dissesse: na noite, os tão propalados direitos humanos não ajudam em nada, ou melhor, só ajudam os “porradeiros”, os encenqueiros<sup>32</sup>. E isto nos leva a uma outra observação: tal como o “pitboy”, o segurança deve ser alguém que sabe dar porrada (e, em alguma medida, alguém que gosta de dar porrada). Este ponto fica particularmente

<sup>32</sup> O que faz lembrar o discurso de boa parte da sociedade – talvez a maior parte, infelizmente – em relação a atuação da polícia nas favelas cariocas. Com muita frequência, lê-se nos jornais artigos e cartas de leitores que afirmam que, no atual estado das coisas, defender os direitos humanos equivale a defender marginais. Recentemente, o debate em torno destas questões foi alimentado pela polêmica causada pelo filme “Tropa de Elite”, e pelas interpretações que se lhe foram feitas.

explícito no tom saudosista que encerra o depoimento: aqueles bons tempos, em que o “pau comia” sem que se fizesse escândalo, não voltam mais.

*A: Mas e hoje em dia? Fale um pouco do trabalho de vocês.*

*Rodrigo: A gente aqui faz de tudo. Boate, festa paga, casamento, formatura, festa de quinze anos, qualquer serviço de eventos. Pela nossa experiência, briga mesmo dá muito mais em festa de 15 anos ou formatura, entendeu? E lógico que aonde tem álcool as pessoas se excedem um pouco né? Às vezes tem briga em casamento, mas no geral é mais coisa de moleque mesmo. Que que acontece? São grupos, né, grupos de amigos, que ou já vão alcoolizados, já bebem antes de ir pra festa e lá ainda consomem mais álcool, ou lá mesmo, por falta de controle do organizador do evento, até porque é difícil você controlar, quer dizer, bebem em excesso, bebem cerveja, consomem aquele energético, aquele Redbull, aquelas outras latinhas que têm, e aí eles ficam transtornados. E aí o quê acontece? São garotos novos, alguns fazem musculação, fortézinhos, outros fazem lutas, e aí um mexe com a menina do outro, ou então já vê um grupo que tem uma rixa e aí começam a briga, né. Às vezes o efetivo da segurança é pouco, eles são muitos, pra gente separar a briga é complicado, e de vez em quando tem que botar pra fora, né? Nós somos seguranças, maiores de idade, eles são adolescentes, aí você vai pegar um garoto desses e você tem que usar de energia, ou então eles agredem a gente, e nós não somos pagos pra apanhar, entendeu? Nós temos que usar a força com eles, entendeu? E aí mais na frente eles vão dizer que nós é que agredimos eles, entendeu?*

*A: Você mencionou que alguns dos jovens são lutadores. Vocês sabem identificar qual jovem é lutador, ou que tipo de arte marcial eles fazem?*

*Wanderley: Ah, eles mesmos se identificam, diz que faz jiu-jitsu, já pra ameaçar o outro. É mais jiu-jitsu... Eu vou ser sincero, eu trabalhei muito na noite, é raro a gente ver um judoca fazendo isso.*

*Anderson: É, jiu-jitsu, luta livre.*

*Gesias: Você vê pela orelha, pelo tipo físico do rapaz, atarracadinho, fortinho. Você não vê um atleta de nataçãõ fazendo isso, você não vê um atleta de judô fazendo isso. É mais uma turma, e também não são atletas né, porque o verdadeiro atleta não arruma confusão. E é mais na Barra [da Tijuca, bairro da Zona Oeste], na Barra tem rixa.*

*A: Na Barra tem mais rixa?*

*Anderson: Molecada, dezessete, dezoito anos, eles vão pra academia, malham. Aí um é da academia Gracie, o outro é... Esqueci o nome da academia, aí eles quando se encontram, se pegam, acham que a festa é uma rinha de galo.*

Até aqui, nenhuma novidade: a adolescência, o álcool, o jiu-jitsu, a orelha estourada, a galera, e as rixas entre as galeras. A entrevista prossegue:

*A: Conte umas histórias de pancadaria em festas.*

*Rodrigo: Ih, rapaz, são tantas... Foi num evento na Terra Encantada [parque de diversões na Barra da Tijuca], um pessoal do jiu-jitsu. Aí chegaram e “ih, a festa tá boa” [faz sinal de quem está falando no celular]. Fulano chamou, chegou a galera deles, ficaram num cantinho. Daqui a pouco, pá, começaram a brigar. Em vez de brigar entre eles mesmos, não, saem batendo em quem tiver em volta, e aí não querem saber se é homem, mulher, criança, eles são covardes. Aquilo que fizeram com essa senhora no ponto de ônibus [refere-se ao episódio da doméstica*

*Sirley Dias], aquilo não é mentira não, é verdade, acontece mesmo. E quando saem, vão quebrando placas de sinalização, são vândalos. Quando a polícia não chega a tempo pra deter eles, eles saem correndo. E vão que nem pipoca, de uma festa pra outra.*

*Anderson: Mas aí, nessa festa do Terra Encantada mesmo, deu problema. Deu problema, e acabou que um outro segurança nosso, o Francis, acabou batendo muito num rapaz. Mas é aquela coisa, o pau comendo, você vai fazer o quê? Aí sabe o que aconteceu? Numa outra festa, já tinha passado um tempo, o Francis tava fazendo a segurança e o rapaz tava na festa. Sabe o que ele fez? Ligou pra casa dele, chamou o pai, a mãe e sei lá mais quem, e daqui a pouco tava todo mundo na festa. Aí a mãe do moleque pegou ele, deu uma “baiana” nele...*

*A: A mãe deu uma “baiana” no segurança?!*

*Anderson: A mãe! Tirou o sapato e ficou dando na cara dele. Ele não esperava, a mulher veio, pá, derrubou ele, aí veio o pai, depois o moleque, seguraram ele, e ela tirou o sapato e ficou dando na cara dele, assim ó, pum pum pum, com o salto na cara dele. Ficou todo arrebetado, a cara desse tamanho, abriu a testa, tomou até ponto.*

*A: Acontece muito de vocês se machucarem nas brigas?*

*Wanderley: Não acontece muito não, quer dizer, de vez em quando algum colega nosso toma um prejuízo, toma um soco, fica com o olho roxo, meio inchado, coisa assim. Mas machucar mesmo é mais raro, não é Maurício? [Maurício faz sinal de positivo com a cabeça]. Mas teve... O Silvano, numa festa no Le Buffet, festinha de quinze anos. Não, era formatura. Tomou uma cadeirada, quebrou a mão. Eu já vi festa de quinze anos em que o namorado da menina aniversariante espancou o pai da garota. O garoto tava bêbado que nem um gambá. Ele não gostou do jeito que o coroa falou com ela. Só que é pai, né? Aí ele foi lá e desceu a porrada no coroa. Se não fosse a gente ter chegado em cima da hora, tinha machucado o velhinho ainda mais. Festa acontece de tudo, é imprevisível.*

A vingança do “pitboy” choca pelo inusitado: ao invés de ligar para os amigos a fim de reunir o maior número possível de integrantes da galera para bater no segurança, o que, convenhamos, seria a coisa mais lógica a se fazer, o jovem chama os próprios pais. Mas os pais não chegam para dar uma lição de moral no segurança ou levá-lo até uma delegacia, que é o que tradicionalmente se espera que eles façam. Mãe e pai juntam-se ao filho no intuito de vingá-lo do mesmo modo como a galera faria, isto é, tentando devolver a agressão física. Ao agirem como “pitmamãe” e “pitpapai”, os pais do rapaz recusam para si o papel que lhes cabe – o de responsáveis –, assumindo assim o papel de “amigos” do próprio filho, como se fossem membros de sua galera. Eis aí um bom exemplo daquilo que Maria Rita Kehl (2004) chama de *teenagização* da cultura ocidental. Para a autora, a delinquência juvenil seria como que um reflexo de uma sociedade em que evita-se a todo custo exercer o papel do responsável, do adulto, da autoridade encarregada de representar a lei diante dos mais jovens.

*Em uma sociedade em que o adolescente é erigido à posição de ideal para todas as idades, os adultos passam a sofrer de má consciência diante de sua experiência de vida. Se a regra é viver com a disponibilidade, a esperança e os anseios de quem tem 13, 15 ou 17 anos, que fazer da seletividade, da desconfiança e até mesmo da consolidação de um certo perfil existencial mais definido, inevitáveis para quem viveu 40 ou 50 anos? O adulto que se espelha em ideais teen sente-se desconfortável ante a responsabilidade de tirar suas conclusões sobre a vida e passá-las a seus descendentes. Isso significa que a vaga de “adulto”, na nossa cultura, está desocupada. Ninguém quer estar “do lado de lá”, o lado careta do conflito de gerações, de modo que o tal conflito, bem ou mal, se dissipou. (...) Não que os pais “de antigamente” soubessem como os filhos deveriam enfrentar a vida; mas pensavam que sabiam, e isso era suficiente para delinear um horizonte, constituir um código de referência – ainda que fosse para ser desobedecido (Kehl, 2004: 96).*

Não cabe aqui discutir os detalhes e as implicações desta tese; não estamos no âmbito da psicologia familiar neste trabalho. Se fiz questão de evocá-la, foi apenas porque o exemplo da “pitfamília” me pareceu sua tradução mais perfeita, sua cristalização mais evidente, e também porque, afinal, trata-se de uma dimensão que não pode ser de todo ignorada. O conflito de gerações à qual Kehl se refere parece haver mudado de feições, e isto fica outra vez evidente se lembrarmos dos últimos instantes do relato de Wanderley – um rapaz agredindo o pai da namorada no dia de sua festa de quinze anos. Mas sigamos adiante na entrevista:

*Gesias: Aquela festa no Museu Histórico Nacional... Teve um convidado que numa festa antes, ele saiu bêbado, cheiradão, saiu agredindo todo mundo, nós fomos lá e tiramos ele. Aí o seu fulano [promoter do evento] pediu pra gente ir lá e botar ele pra fora. A gente foi lá e botou ele pra fora. Aí nesta festa, ele entrou, viu a gente e não falou nada. Aí quando ele saiu, saiu bêbado, quando ele me viu, ele tava com um copão de uísque, jogou em cima de mim, na minha cara. A sorte é que pegou no ferro do portão, mas os cacos chegaram a pegar no meu rosto. Assim, do nada, do nada, a gente tava parado... Aí seguramos ele, não podia fazer nada, só botar ele pra fora.*

*A: E dá muito processo?*

*Anderson: Não, não porque nós temos um tato. A gente tenta imobilizar. Nada de agredir. Primeiro a gente convida pra se retirar. Aonde tem um brigando, vai dois seguranças, aonde tem dois, vai quatro, e se houver uma agressão, eles nos agrediram primeiro, e nós revidamos. Aí você vai pra delegacia, não dá nada. O próprio delegado também já está escaldado, porque é tanto caso, os caras já sabem. E eles quando chegam na delegacia, eles desrespeitam até a autoridade. Se bobear, eles batem com o pé no policial militar, se o policial for bobão... Naquele evento do fotógrafo da Gisele Bundchen lá no [hotel] Copacabana Palace..*

*A: Mario Testino?*

*Anderson: Isso. Já era tarde. O cara bebeu, mas esse já tinha uma idade, uns trinta e poucos anos, foi convidado a se retirar da festa. Aí ele tava saindo, e viu um operacional do Copacabana [funcionário do Hotel], colou um soco nele, deu mais um tapa, aí nós seguramos ele, chamamos uma viatura, a viatura chegou e*

*nós botamos ele dentro da viatura. Aí ele no banco de trás conseguiu arrebentar o vidro, e espancou os dois policiais, só parou quando chegou mais um apoio. Agrediu um sargento e um soldado. A gente não quer levar pra delegacia, não é nossa função, a gente perde tempo. Agora, quando a coisa é muito braba, aí sim, aí não tem jeito, tem que fazer boletim de ocorrência.*

*Maurício: Mas a gente não quer essas coisas, não que machucar, não quer levar pra delegacia. Isso não é bom negócio pra gente. O que a gente quer é imobilizar, separar a briga, e botar pra fora. Só isso.*

*A: Vocês disseram que o objetivo inicial é imobilizar o agressor. Vocês tem algum treinamento para fazer isso?*

*Maurício: Claro, defesa pessoal. Todos eles são treinados na academia, pra se formar segurança. Sabe dar um mata-leão, uma chave de braço, sabe imobilizar. Não tem ninguém bobo. Bobo não pode fazer este tipo de festa. Bobo não pode trabalhar. A gente tem uma turma de elite, todo mundo grande que nem eu ou esse cara aqui [aponta para Rodrigo, um “armário” de quase dois metros de altura]. Bobo não pode não, em festa de 15 anos, ou desses empresários aí... A gente não está lá pra ser saco de pancada.*

*A: Outra coisa que eu reparei muito foi que vocês falam muito sobre álcool e drogas, maconha, cocaína....*

*Anderson: Eles cheiram muito, não tem esse negócio não, é de quinze anos, vinte e cinco anos, cinquenta anos, não tem essa não. Moleques de doze, treze anos, no estacionamento, fazendo sexo, e a gente tem que tirar e infelizmente é filho de fulano de tal... É moleque fumando maconha na entrada do evento perto do segurança. Eu trabalhei numa festa no Recreio dos Bandeirantes que tava um pessoal fumando maconha num cantinho assim, aí eu fui lá e chamei o responsável do evento, o dono da casa, e avisei que tinha uma molecada fumando maconha na casa dele. “Ah, deixa que eu vou resolver isso aí”. Ele saiu da festa, foi lá na entrada, na porta da casa, pegou a maconha dos caras, fumou, e voltou pra casa. É complicado. Nós estamos ali pra quê então?*

*Maurício: Olha, é difícil eles arrumarem confusão de cara limpa. Às vezes até tem, é o encrenqueiro nato. Mas no geral eles têm que tomar ou álcool ou as drogas. É moleque que cheira, moleque fuma, dezesseis, dezessete anos, sai pra rua, sai pra vida. Se você for o mais esperto, o mais inteligente da turma, leva eles pra onde quiser. Eles são bobos. Eles bebem e se tornam valentes, aí se tornam problema pra gente. Se o cara tiver cheirado muito, você vai bater nele três, quatro horas seguidas, e ele vai ficar em pé ali. Não sente nada. Quer dizer, no dia seguinte é claro que sente, mas na hora, fica ali, apanhando, mas continua indo pra cima. Tem que bater muito nele, pra ele arrear.*

*A: E eles só brigam em bando?*

*Maurício: Acontece de tudo. Tem muita briga em bando, o cara que sai na porrada sozinho é mais raro. Claro, acontece também de juntar um grupo pra bater, pra espancar os outros. Mas olha, eu já vi muita briga começar por causa de um cara que mexe com a namorada do outro. O cara bêbado que mexe com todas as meninas na pista de dança, esse cara vai entrar na porrada. Em festa de quinze anos tem muito, briga de ciúme. Sempre tem um doidão fazendo merda, passando a mão na mulher dos outros. Esse cara vai apanhar.*

Alguns pontos merecem ser destacados. Quando perguntei “e dá muito processo?”, tinha em mente saber se as brigas e confusões acabavam sendo registradas na polícia, se eram levados adiante os trâmites legais. A pergunta “e dá muito processo?” é significativamente diferente da pergunta “e vocês são muito processados?” – mas foi esta última que o segurança respondeu, não a primeira.

Anderson entendeu que eu perguntara se eles, seguranças, eram “processados” com frequência. Respondeu negativamente, como seria de se esperar – pouco provável que dissesse “é, volta e meia a gente gosta de abusar da violência, estamos cheios de processos nas costas!” –, e na sequência enfatizou que “o próprio delegado também já está escaldado”, com isso querendo dizer que o número de processos penais era reduzido porque os delegados de polícia, acostumados que estão às badernas promovidas por “pitboys” na noite, sabem que são estes que iniciam as brigas e que, se eventualmente saem machucados, não terá sido por excesso de vigor por parte dos seguranças. Em outras palavras, Anderson estava defendendo a si e aos seus pares das frequentes acusações de truculência que lhes são feitas. Estava defendendo o quanto de energia física os seguranças “são obrigados” a empregar em caso de briga, porque “pitboys” não respeitam sequer a polícia. Afinal, diz ele, se o policial, que é como que a personificação da lei e da autoridade, for “bobão”, acaba com o olho roxo, a viatura destruída e precisando chamar reforço. E o que é um “bobão” senão um “otário”? Não sem razão, quando perguntado sobre o tipo de treinamento os seguranças possuem, Maurício (o dono da empresa), responde: “Não tem ninguém bobo. Bobo não pode fazer este tipo de festa. Bobo não pode trabalhar.” Segurança também que ser malandro, ou não trabalha como segurança.

Outro ponto relevante é a afirmação de que aos seguranças não interessaria reclamar a intervenção da polícia. Repito as palavras de Maurício: “Isso não é bom negócio pra gente. O que a gente quer é imobilizar, separar a briga, e botar pra fora. Só isso.” Por quê isso acontece é um caso a se pensar. Podemos aventar algumas hipóteses. Talvez os seguranças evitem chamar a polícia, instaurar um inquérito e ir à justiça tanto por receio de confrontar jovens de famílias ricas e influentes quanto por acreditarem que, no fim das contas, tal recurso de nada adiantará – a crença na impunidade reinante no Brasil. Talvez tenham medo de atrair atenção negativa para si e para os organizadores do evento ou donos das boates para o qual trabalham; possivelmente sejam até instados por estes últimos a permanecerem tão silenciosos quanto possível. Que dono de boate ou *promoter* gostaria de ter seu nome, ou de sua empresa, nos jornais toda vez que uma briga ocorresse em um de seus eventos? Mas deixemos as especulações de lado. Mais interessante é simplesmente observar que este *modus operandi* por parte das empresas de segurança, ao fim e ao cabo, só faz agravar o problema do qual

reclamam, pois o fato de não levar “pitboys” à delegacia na maioria das vezes em que se envolvem em brigas contribui para a mantê-los afastados dos braços da polícia e da lei. Contribui, assim, para aumentar a impunidade – que ajuda na reprodução do comportamento violento típico de “pitboys”, que por sua vez reforça a necessidade de contratar seguranças experientes e treinados...

E, como se não bastassem todas as dificuldades, às vezes os próprios donos das festas concorrem para desautorizar e desacreditar o trabalho dos seguranças. São conviventes com certas transgressões – fazer sexo pelos cantos, fumar maconha – que em tese caberia aos seguranças reprimir. Esta tolerância tácita (e exigida) em relação a alguns comportamentos desviantes coloca o trabalho dos seguranças “entre a cruz e a espada”; são pagos para garantir a observância da lei, da moral e dos bons costumes, mas nunca podem estar completamente seguros se devem de fato fazê-lo. A regra geral não é tão geral assim. Tudo depende da ocasião, do caso particular, depende de *quem* esteja fumando a maconha ou fazendo sexo. Eis, uma vez mais, ecos da convivência dos valores do igualitarismo e do personalismo, ecos do *double bind* que lhe subjaz. As ambiguidades daí resultantes, que desestabilizam expectativas, se expressam no questionamento de Anderson: “É complicado. Nós estamos ali pra quê então?”.

Ainda no mesmo trecho da entrevista, cabe ressaltar, apenas a título de registro, o quanto de brigas ocorrem em função das meninas, ou melhor, do comportamento inadequado em relação a elas (“...eu já vi muita briga começar por causa de um cara que mexe com a namorada do outro. O cara bêbado que mexe com todas as meninas na pista de dança, esse cara vai entrar na porrada”). Já foi explicitada aqui a importância do papel das meninas na construção da identidade dos jovens, e também o quanto muitas delas acabam contribuindo em alguma medida para a disseminação de um estilo de masculinidade algo brutal e violento. Com efeito, o depoimento do segurança vem apenas confirmar o de um ex-praticante de jiu-jitsu, que aponta nesta mesma direção<sup>33</sup>. Parafraçando o

<sup>33</sup> Diz o relato: “O negócio é o seguinte: você provoca a confusão. Vai lá o menorzinho do grupo, chega e mexe com uma mulher, a mulher diz “não, não”, o cara chega e diz “sua vagabunda!” Tem sempre um amigo da mulher pra defender, e aí fodeu. Ou então o cara chega na mulher, sei lá, tá doidão e sai chegando nas mulher de geral, e alguma hora ele vai chegar numa mulher que tá acompanhada. Aí pronto, o namorado da mulher não gosta, e começa a porrada. Porque ninguém gosta de ver a sua mulher sendo “cinturada” por um outro malandro, né? Isso é uma coisa que dá raiva mesmo, e aí tem mais é que encher os cornos do cara de porrada. Isso é uma história que rola milhões de vezes, porrada por causa de mulher. E quando os dois caras estão com uma galera, aí generaliza a porrada, acaba a festa”. (Túlio, 34 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)

conhecido dito popular, poder-se-ia dizer que por trás da maioria das brigas envolvendo homens, sempre há uma mulher.

*A: Eles desafiam muito vocês?*

*Gesias: Nossa, e como! A gente pode dizer que são pessoas, não sei se por causa da criação ou da classe social, são pessoas abusadas, que não respeitam, não são disciplinados, não sabem que numa festa tem que haver limites, e que a segurança está lá para o bem de todos. Eles não respeitam a gente, debocham da segurança, e você às vezes tem que usar da força.*

*A: Eles debocham da segurança?*

*Rodrigo: Ôôôô!*

*Gesias: Debocham e muito! Chegam logo dizendo: “você sabe com quem está mexendo? Eu sou filho daquilo, daquilo outro”. Então é complicado, né? Então essas festas da zona sul, essa garotada, eles querem pular o muro, invadir o lugar, e a gente tem que ficar atento a isso também. Então eles ingerem álcool na hora, ou até as vezes já chega drogado, jovens de quinze anos fumando maconha. Depois não respeitam nem os mais velhos, e o pai mandando “fulaninho, pára com isso”, e ele não querendo saber, não respeitando, querendo brigar. É uma classe de jovens complicada, que dá trabalho.*

*Wanderley: Falou tudo: é uma classe de jovem abusada. A palavra certa é abusada. Não respeitam, saem às vezes humilhando a gente, entendeu? A onda dos moleques hoje em dia é encarar os seguranças. “Ele chega assim e diz o seguinte: me bate. Encosta a mão em mim que eu vou chamar o meu pai e vou te processar”. Esses caras se acham o dono de tudo, eles não respeitam nada não, você diz que não pode passar e o cara passa, nem olha na tua cara, nem te responde, nem nada... Você fala com eles e eles ignora você.*

Que inferir do trecho acima? A radiografia é nítida: tratam-se de jovens abusados – e o abuso aqui poderia remeter à idéia de excesso vislumbrada anteriormente –, que se valem de sua condição social privilegiada para debochar, desrespeitar e humilhar aqueles que são pagos para interditar o vale-tudo de suas diversões noturnas. São jovens que fazem uso do rito “você sabe com quem está falando?” de que fala DaMatta (1983), apenas com uma sutil porém significativa diferença: ao invés de perguntar se o segurança “sabe com quem está *falando*”, indagam se ele “sabe com quem está *mexendo*”. Significativa não somente porque remete à dimensão de fisicalidade que é característica do discurso da atual juventude carioca (Almeida e Tracy, 2003), mas porque tal dimensão empresta uma conotação ainda mais belicosa e autoritária à expressão como um todo. O segurança não está só “falando”: ele está “mexendo”, o que já é um passo além. Pois é possível “falar” com uma pessoa sem no entanto “mexer” com ela – mas mexer com alguém pressupõe uma animosidade, uma atitude agressiva que vai

além de um enfrentamento verbal, uma disposição de ultrapassar a fronteira da palavra mais ríspida. O “você sabe com quem está mexendo?” é um “você sabe com quem está falando?” ainda mais explícito no que este veicula de conflito, de hierarquização de lugares sociais. Daí o desafio, que é também quase um pedido: “me bate”. Se o segurança “encostar a mão” no rapaz, sofrerá as consequências por haver cometido o supremo pecado de ter se esquecido de que, no Brasil, nem todos são iguais, e que ele, um indivíduo, não deveria jamais ter “mexido” com uma pessoa.

Situação curiosa, esta que se coloca. Por um lado, os filhos da classe média e alta identificam-se com os marginalizados do crime organizado e disso retiram alguma fruição (nem que seja apenas de ordem estética). Por outro, na hora de concretizar a experiência da violência, não hesitam em fazer uso de um rito que reforça as fronteiras de classes. Uma vez mais, eis-nos diante da velha máxima: sim, nós somos iguais – mas, veja bem, somos diferentes. Afinal, otário é aquele que tem os recursos necessários para transitar por sobre os constrangimentos do sistema, mas não os aproveita. Otário é quem tem a possibilidade de ficar “por cima”, mas escolhe jogar de igual para igual.

*Carnaval em Iriri. Tava eu, Marcos e Luciano, só nós três dessa vez. Tamo andando pela rua, indo pra muvuca. A gente ouviu uma confusão, tinha mó galerão, um cara meio que pulando pra brigar com um cara que a gente conhecia, que tava sozinho. O cara ia ser juntado. Aí a gente falou “ó Dudu, se quiser brigar, briga, a gente não deixa ninguém entrar”, só que quando eles começaram a brigar, um outro neguinho quis dar um chute no nosso camarada, aí a gente segurou ele no mata-leão... Aí estancou. Aí mermão, foi a maior porradaria que eu já participei na minha vida, porque foi mostra a parada. Era coisa de vir um cara e você pá pá pá, bomba, e o cara caía. Aí virava pro lado, vinha outro e você bum bum bum, o cara caía, virava pro outro lado e mais um... Eu briguei com muita gente aquela noite, foram vários e vários... Marcos brigou com vários, Luciano com vários. Daqui a pouco eu olho pro lado e um cara pega um daqueles caixotes de madeira de feira e plau, estoura na cabeça do Marcos. Meio filme, você quase que vê em câmera lenta aquela caixa explodindo na cabeça do Marcos, mas o Marcos ficou de pé, e o cara assustou “porra, estourei uma caixa de madeira na cara desse cara e não deu nada”. Aí o Marcos começou a bater no cara, do outro lado o Luciano agarrado no pescoço de um cara, socando a cara dele. Aí eu entrei num bar, muito pequeno mesmo, balcãozinho, um metro e meio no máximo, daqui a pouco eu olho e vejo que tem dois caras me olhando, um deles apóia a mão no bar e me chuta o peito, e eu “caralho”! Aí comecei a trocar [socos] com os dois malucos, pá pá pá pá, porrada com os dois, os caras saíram do bar, um deles tava pegando uma mesa, mas era uma mesa enorme de madeira, pesada, então o cara “uuuuuhhhh”, fazendo a maior força, demorando pra caralho, aí eu “ah não!”, só empurrei e a mesa plá!, caiu em cima do cara. Acabou que todo mundo foi preso. Foi foda porque os caras eram de lá, por isso não parava de vir gente, a*

*gente batia, batia, batia, mas não parava de vir “minhoco”. No final das contas, o Marcos arranhou um pouco a testa e o Luciano machucou um pouquinho a canela, só isso. Os caras tomaram um prejuízo forte. “A gente passou uma noite lá na delegacia, presos, no dia seguinte a gente conseguiu sair porque o pai do Luciano é juiz, e realmente não tinha acusação nenhuma”. Tinha um advogado porta de cadeia pedindo pra gente dar uma grana pra ele subornar o delegado de plantão, que não estava de plantão. “Aí o pai do Luciano ligou pro delegado e mandou ‘aonde você está, que você deveria estar de plantão na delegacia, e você não está, então por favor você trate de ir pra delegacia soltar o meu filho e os amigos dele’”. O delegado foi lá, soltou, e afinal de contas não tinha acusação contra a gente, foi agressão mútua. Não foi uma agressão nossa contra eles, foi mútua, então ou processa todo mundo que tava envolvido na briga, ou não processa ninguém. Soltaram a gente, a gente encontrou os caras depois na rua, mas não aconteceu nada. (Marcos, 31 anos, ex-lutador de jiu-jitsu.)*